

por 

ISSN 2447-2468
ANO 14 | DEZEMBRO | Nº 50 | 2015

Sinal

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL



A LUTA CONTINUA: EM DEFESA DOS DIREITOS AMEAÇADOS

ENTREVISTA
LINDBERGH FARIAS
"O PERIGO DA
REGRESSÃO SOCIAL"

por sinal

Há 50 edições ajudando a construir um Sistema Financeiro Cidadão.



Consulte para anunciar: nacional@sinal.org.br

Um ano como há muito não se via

A edição n° 50 da **Por Sinal** chega aos leitores na última semana do ano, para marcar o fim de um período em que, acreditamos, a maioria dos brasileiros não querará guardar nas suas melhores lembranças. Em 2015, convivemos com uma explosiva combinação: inflação, juros e desemprego em alta, produção e salários em queda, e uma perspectiva de, ainda que de modo atenuado, o cenário se repetir no ano seguinte.

Sentados é que não iremos ver a carruagem passar. Os 50 anos da autoridade monetária brasileira sempre foram acompanhados pela organização e luta dos funcionários e servidores do Banco Central do Brasil, em busca de melhores salários e da construção de um sistema financeiro cidadão. A história e a inspiração do Sinal e das associações que o precederam poderão ser conferidas em reportagem na página 4, “Em defesa dos direitos ameaçados”. O registro de parte dessa história de lutas e conquistas está presente nas edições da **Por Sinal**, publicação criada pelo Sindicato em 2001, e que termina o ano comemorando seu 50º número.

Ao fecharmos esta edição, as negociações salariais entre servidores públicos federais e governo não haviam sido concluídas, mas uma certeza pairava no ar: de forma nenhuma a inflação, acumulada em mais de 25% nos últimos anos, seria reposta aos vencimentos, prejudicando ainda mais a retomada da atividade econômica no nosso país.

O tema em destaque desta edição é a situação das finanças públicas do governo Dilma. Além dos artigos, escritos por especialistas do Banco Central, “Uma análise política do Orçamento federal”, de Ricardo Piccoli e José Paulo Vieira, e “A ação do Cade no cassino Brasil”, de Marcio Araújo, os leitores poderão conferir, em reportagem de Jefferson Guedes “Uma receita cara e explosiva”, os múltiplos aspectos da crise, seus

impasses e propostas para superá-los.

O cidadão é sempre destaque na nossa revista. Nesta edição, discutimos os esforços do Banco Central para melhorar o atendimento ao cliente bancário, ouvindo técnicos do Banco envolvidos no trabalho e entidades que representam o consumidor. A doutora em desenvolvimento econômico, Maria de Fátima Cavalcante Tosini, funcionária aposentada do Banco Central, por sua vez, aborda a sustentabilidade ambiental no setor financeiro.

O entrevistado do mês é o senador Lindbergh Farias (PT/RJ). Após receber a **Por Sinal** em seu escritório na capital fluminense, o parlamentar levou à plenária do Senado, como nos prometeu na entrevista, a seguinte formulação para ampliar os deveres sociais do Banco Central: “*Compete ao Banco Central da República do Brasil perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente, estimular o crescimento econômico e a geração de empregos e bem como cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional*”. Ainda que a nova missão, que recebeu voto favorável da maioria dos presentes à sessão, não vá integrar imediatamente o regulamento legal do sistema financeiro nacional, ela mostra a disposição da sociedade, representada no Senado, em ver os bancos promovendo o desenvolvimento equilibrado do país e atendendo aos seus anseios, como preconiza a nossa Constituição Federal. Você poderá conferir o que pensa hoje o ex-presidente da UNE e líder dos caras-pintadas, nas páginas centrais deste número.

Boa leitura e um excelente ano novo para todos!

CONSELHO NACIONAL BIÊNIO 2015/2017

Presidente

Daro Marcos Piffer

Belém

José Flávio Silva Corrêa

Brasília

Rita Girão Guimarães

José Ricardo Costa e Silva

Gregório Alberto Saiz Lopes

Josina Maria de Oliveira

Belo Horizonte

Renato Fabiano Matheus

Curitiba

Enrikson Antonio Falabretti

Fortaleza

Francisco de Assis Tancredi Soares

Porto Alegre

Ricardo Luis Piccoli

Recife

José Milton Bezerra

Rio de Janeiro

Sergio da Luz Belsito

João Marcus Monteiro

Marcos Antonio da Silva Lopes

José Aloísio Guimarães Sanches

Salvador

Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo

Paulo Lino Gonçalves

Eduardo Stallin Silva

Aldomar Guimarães dos Santos

Daro Marcos Piffer

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL BIÊNIO 2015/2017

Presidente

Daro Marcos Piffer

Secretário

Epitácio da Silva Ribeiro

Diretor Financeiro

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Diretor Jurídico

Jordan Alisson Pereira

Diretor de Comunicação

Iso Sendacz

Diretor de Assuntos Previdenciários

José Vieira Leite

Diretor de Relações Externas

Luis Carlos Paes de Castro

Diretor de Estudos Técnicos

Mauro Cattabriga de Barros

Diretor de Qualidade de Vida

Márcio Silva de Araujo

Diretora de Ações Estratégicas

Rita Girão Guimarães

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Aldomar Guimarães dos Santos, Clovis de Lima Barbosa Junior,
Daro Marcos Piffer, Iso Sendacz, Mauro Cattabriga de Barros,
Nehemias Monteiro Junior, Ricardo Luis Piccoli, Rubens Gandelman

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401 – Térreo

Ed. Baracat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti

(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Paulo Vasconcellos e Jefferson Guedes

Diagramação: Tabaruba Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Impressão: Sol Gráfica

Tiragem: 8.000

Assessoria de Comunicação do Sinal Nacional: Rapport.

www.rapportcomunica.com

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos artigos assinados.



50 ANOS DEPOIS,
A LUTA CONTINUA

Em defesa dos direitos ameaçados

PÁGINA 4

FINANÇAS PÚBLICAS

Uma receita cara e explosiva

PÁGINA 12



ENTREVISTA | LINDBERGH FARIAS

O perigo da regressão social

PÁGINA 24

DIREITOS DO CONSUMIDOR

Linha direta com o cliente bancário

PÁGINA 34



ARTIGOS

Uma Análise Política do Orçamento Federal

PÁGINA 21

A ação do Cade no cassino Brasil

PÁGINA 32

O desafio da sustentabilidade ambiental no setor

PÁGINA 38

Direito
de Greve

Sindicato
Livre



50 ANOS
DEPOIS,
A LUTA
CONTINUA

Em defesa dos direitos ameaçados

COM A CRIAÇÃO DA ASBC, EM 1965, E DO SINAL, EM 1988, DIAS DEPOIS DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 88, OS SERVIDORES DO BC CONSTRUÍRAM UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E DE CONQUISTAS QUE MARCOU O SINDICALISMO BRASILEIRO.

PAULO VASCONCELLOS



Em uma trajetória de mobilização paralela à história do Banco Central, que completou 50 anos este ano, as entidades representativas dos servidores do Banco construíram um sindicalismo voltado para a defesa dos interesses profissionais da categoria, sem perder o foco no papel da instituição para a sociedade brasileira. A Associação dos Funcionários do Banco Central (AFBC) e o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) são retratos de um legado de fortalecimento do serviço público e de preocupação com a cidadania traçado por personagens importantes, lutas emblemáticas e conquistas inegáveis.

A AFBC, entidade sócio-recreativa e previdenciária dos funcionários, criada e financiada pelo Banco, reunindo o primeiro contingente de funcionários do Banco Central, oriundos de vários órgãos da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste, surgiu um ano depois que a instituição efetivamente começou a operar. Os servidores se mobilizaram para torná-la uma entidade democrática — com eleições diretas para a diretoria — e livre — com independência do Banco Central. A direção do Banco tratou de dividir o movimento. Em uma eleição concorrida, com 5 mil votantes, a democratização da AFBC saiu vitoriosa, mas a proposta de independência em relação à instituição acabou derrotada.

DRIBLANDO A REPRESSÃO

Não foi a primeira nem única vez que os servidores do Banco Central do Brasil, comprometidos com a defesa da moeda e da poupança popular e a luta por conquistas funcionais como garantia da qualificação profissional, enfrentaram a resistência do Estado. As tentativas de se criar uma entidade representativa dos funcionários do Banco esbarravam na lei que impedia a sindicalização e o direito de greve nos serviços públicos e também na repressão da ditadura militar. Mesmo quando o país se encaminhava para a abertura política e a redemocratização, não faltaram obstáculos. Uma das primeiras conquistas foi a implantação, em 1969, do primeiro plano de carreira dos funcionários do Banco Central. Em 1975



As tentativas de se criar uma entidade representativa dos funcionários do Banco esbarravam na lei que impedia a sindicalização e o direito de greve nos serviços públicos e também na repressão da ditadura militar.



foram criados os cargos de técnico básico e categoria isolada.

Em 1978, em plena ditadura militar, houve o primeiro movimento reivindicatório dos funcionários. Para burlar o governo, que não permitia manifestações políticas, uma pauta comum de reivindicações foi entregue à direção do Banco em caráter individual, como requerimento de cada funcionário. Em julho de 1979, a primeira edição do informativo “Ovo SP”, criado pelos funcionários de São Paulo e embrião do “Ovo Nacional”, começou a dar voz à luta. Em 16 de novembro de 1980, em um congresso da categoria, foi criada a União Nacional dos Trabalhadores do Banco Central (UNTBC), concebida como entidade independente, nos moldes do que seria depois o Sinal.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

UMA OBRA INACABADA

Depois de 50 anos, o Banco Central do Brasil ainda é uma obra em construção. O artigo 192 da Constituição Federal de 1988, que previa a elaboração de lei complementar para substituir a Lei 4.595/64 e redefinir as atribuições e estrutura da instituição, até hoje não foi editado. Ainda assim, o Banco exerce um papel essencial à política econômica e à garantia da estabilidade da moeda e foi fundamental na reorganização e sustentabilidade do sistema financeiro do país.

O Banco Central da República do Brasil iniciou suas operações em 31 de março de 1965. O país foi o último da América Latina a criar uma instituição encarregada de exercer o papel de autoridade monetária. Em todo o mundo, a necessidade de bancos centrais só começou a ganhar corpo na segunda metade do século 19. Em 1900, existiam apenas 18. A Conferência de Bretton Woods, em 1944, que determinou a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo os países membros como cotistas, derrubou as últimas barreiras. Hoje, 176 já têm seus bancos centrais.

O Brasil ainda tentou a experiência da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), “com o objetivo imediato de exercer o controle do mercado monetário e preparar a criação do banco central”, de acordo com o artigo 1º do Decreto-lei 7.293/45. A instituição tinha a responsabilidade de fixar os percentuais de reservas

SINDICATOS LIVRES

Até ganhar musculatura para outras disputas, foi preciso tempo. Só em setembro de 1987, os funcionários do Banco Central conseguiram cruzar os braços pela primeira vez para defender seus direitos. O movimento contou com a adesão de 95% dos servidores e durou apenas um dia, mas conseguiu, entre outras conquistas, repor parte das perdas do Plano Bresser, uma das tentativas de conter a hiperinflação durante o governo José Sarney. No ano seguinte, outra greve. O movimento, aprovado em assembleia em 6 de abril, durou 15 dias e chegou a paralisar a

distribuição de dinheiro no país.

O então presidente da instituição, Elmo Camões, que no ano seguinte seria demitido do cargo por suspeita de irregularidades, afastou 19 servidores, todos afiliados à AFBC, e conseguiu provocar um recuo. Mas não demorou para que os funcionários reagissem e organizassem a resistência com a campanha “O lugar dos 19 é aqui”. No Rio de Janeiro, a anistia dos demitidos, em 13 de outubro, beneficiados pela Lei de Anistia estabelecida pela Constituição Federal, que tornou livre a associação sindical, foi comemorada com a entrega de uma flor para cada um.

“Foi um começo difícil, mas ajudou a fortalecer o espírito corporativo do pessoal do Banco Central”, lembra o carioca Flávio Ramos, de 70 anos, um dos 606 escriturários aprovados no primeiro concurso do Banco, em 1967, primeiro presidente da seccional do Rio de Janeiro da Associação dos Funcionários do Banco Central, de 1986 e a 1988. O paulista Edson Bartelega, de 65 anos, que entrou como auditor no primeiro concurso de nível superior, em 1977, e antes de se aposentar, em 2003, foi presidente nacional da AFBC e AFBC-São Paulo e também da Regional SP e do Sinal, engrossa o coro:



obrigatórias dos bancos comerciais, as taxas do desconto e da assistência financeira de liquidez, bem como os juros sobre depósitos bancários. Além disso, supervisionava a atuação dos bancos comerciais, orientava a política cambial e representava o país junto a organismos internacionais.

O Banco do Brasil desempenhava as funções de banco do governo, mediante o controle das operações de comércio exterior, o recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos comerciais e a execução de operações de câmbio em nome de empresas públicas e do Tesouro Nacional, de acordo com as normas estabelecidas pela Sumoc e pelo Banco de Crédito Agrícola, Comercial e Industrial. O Tesouro Nacional era o órgão emissor de papel-moeda. Em 1947, o então ministro da Fazenda, Pedro Luiz Correa e Castro, enviou um anteprojeto de reforma bancária ao Congresso Nacional

que propunha a criação de cinco bancos semiestatais e a reorganização do Banco do Brasil em um sistema no qual o Banco Central parecia destinado a servir como provedor de fundos.

Só nos anos 1960, a ideia avançou. Já depois de implantada a ditadura militar foi aprovado, pelo Congresso Nacional, o Projeto de Lei 4.595, sancionado com vetos em 31 de dezembro de 1964, que criou o Banco Central do Brasil — autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional vinculada ao Ministério da Fazenda. A demora não gerou uma instituição alinhada com as melhores práticas internacionais. A autoridade monetária era o Conselho Monetário Nacional (CMN). O BC tinha obrigações com o fomento rural e estava atrelado ao Banco do Brasil. Três anos depois de começar a operar, no primeiro aniversário do golpe militar, o Banco se tornaria suporte da agenda de desenvolvimento centralizada no CMN.



A AFBC e o Sinal tiveram participação ativa na discussão dos destinos do país, como na Assembleia Constituinte de 1988.

“A AFBC e o Sinal sempre trabalharam na defesa institucional do Banco Central e pela garantia dos direitos dos funcionários, mas também tiveram participação ativa na discussão dos destinos do país, como na Assembleia Constituinte de 1988.”

SINAL ENTRA EM CENA

A criação do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, em outubro de 1988, dias depois da promulgação da nova Constituição Federal, foi mais uma prova do amadurecimento da categoria. “O Sinal foi resultado de

um momento muito rico dos servidores do Banco Central”, diz Paulo Eduardo de Freitas, primeiro presidente nacional do Sindicato, de 1988 a 1991, no vídeo comemorativo dos 20 anos da entidade. “Alcançamos maturidade e cidadania”, afirma David Falcão, que entrou no Banco Central por concurso como auxiliar administrativo da Regional do Recife, em 1979, e como presidente do Sinal, de



NOVOS DISPOSITIVOS LEGAIS

Ao longo do tempo, a instituição incorporou mecanismos para desempenhar a função de banco dos bancos. O papel ficou mais claro com o reordenamento financeiro governamental iniciado em 1985, com a separação das contas e das funções do Banco Central, Banco do Brasil e Tesouro Nacional, e finalizado só três anos depois, quando as funções de autoridade monetária foram transferidas, progressivamente, do BB para o BC e atividades como o desenvolvimento e a administração da dívida pública federal passaram definitivamente para o Tesouro. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu dispositivos importantes para a atuação da instituição, como a definição da competência da União para emitir moeda e a exigência de aprovação prévia pelo Senado Federal, em votação secreta, após arguição pública, dos nomes

indicados pelo presidente da República para os cargos de presidente e diretores do Banco.

A hiperinflação teve impacto na atuação e no desempenho da instituição nos primeiros governos do processo de redemocratização do país. Cinco choques econômicos fracassados acabaram por comprometer ainda mais a imagem do BC. A demissão, em 1989, de Elmo Camões, primeiro presidente do Banco Central afastado do cargo sob suspeita de beneficiar com informação privilegiada o filho, Elminho Camões, da corretora Capitânea, envolvida no mesmo tipo de golpe com o qual o megainvestidor Naji Nahas deu um prejuízo de US\$ 400 milhões à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, só agravou a situação do Banco.

O Plano Real, executado no governo Itamar Franco pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, recuperou a credibilidade do Banco Central. Ainda restaria

2005 a 2009, transferiu a sede nacional do Sindicato de São Paulo para Brasília. “A trajetória de luta da AFBC e do Sinal deixou marcos importantes para os servidores e para o Banco Central”, afirma o também ex-dirigente Mário Cavicchioli.

Cada movimento deu fôlego para novos desafios. Ainda em 1998, o Sinal entrou com ação que pleiteava reajuste de 28,86%, concedido pelo presidente Itamar Franco à cúpula militar. Em 2002, viu chegar ao fim oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso com apenas um pequeno reajuste de salário, de 3%, quase no fim do mandato. Mas também em 2002, o Sindicato conseguiu uma vitória importante: derrubou no Congresso a Medida Provisória 45, que criava a GQD (Gratificação de Qualificação e Desempenho) só para alguns servidores, provocando uma



grande diferenciação salarial entre ativos e inativos e entre os próprios ativos.

Em 2005, já no governo Luíz Inácio Lula da Silva, os funcionários do Banco Central conquistaram, sob forte greve, 10% de aumento, que só foram pagos, depois de muita pressão e com a saída do ministro Palloci, apenas em 2006. Logo a seguir, ainda em 2006, o pessoal da Superintendência de Seguros Privados (Susep), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Superintendência de Previdência Complementar (Previc) teve reajuste de 35% e os servidores da Secretaria da Receita Federal ficaram com aumento de 30%. “Mesmo nos movimentos em que, aparentemente, não conseguimos nada, saímos com mais experiência e organização”, conta o paulistano Mário Cavicchioli, de 61 anos, que entrou no Banco no concurso de 1977 e se aposentou em 2011, depois de presidir a AFBC e o Sinal-SP.

MANOBRA ABORTADA

Foi com esse espírito que servidores de

o desafio do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), que destinou R\$ 37,7 bilhões, em valores da época, para promover a regulação, a criação de mecanismos, como o seguro de depósitos, as mudanças da legislação e a privatização de bancos estaduais para ajustar um complexo com 265 bancos e mais de 16 mil agências à globalização econômica.

Mas foi também quando a instituição enfrentou novo constrangimento. O economista Francisco Lopes, que ocupava a presidência do Banco Central, e outros funcionários teriam autorizado um socorro aos bancos Marka e FonteCindam durante a maxidesvalorização do real, em 1999. A operação deu um prejuízo de US\$ 1,5 bilhão aos cofres públicos. O banqueiro Salvatore Cacciola, dono do Marka, acabou preso em Mônaco depois de fugir do país. Lopes e outros envolvidos foram

condenados pela Justiça em segunda instância.

Os 50 anos do Banco Central começaram a ser comemorados no começo de 2014, com o lançamento de uma moeda de R\$ 1. À exceção da diretoria colegiada, a única forma de ingresso no Banco é por meio de concurso de provas e títulos. O aprovado pode ser lotado em qualquer uma das dez praças onde há representações do BC. A instituição conta atualmente com 4.140 servidores, mais de 2,3 mil a menos do que os 6.470 previstos pela Lei 9.650/1998, que dispôs sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Banco Central.

Pouca gente para os desafios de hoje, conturbados tempos em que a inflação cresce e a economia encolhe, ao mesmo tempo em que instituições supervisionadas parecem despreparadas para voltar à atividade bancária tradicional, ante o iminente risco de colapso da atividade especulativa em todo o mundo.

regionais do Banco Central impediram, em 2006, um estrago maior do que o atraso no pagamento de reposições salariais ou atualizações abaixo das reivindicações da categoria. Uma paralisação por tempo indeterminado, decidida em 14 de fevereiro daquele ano, abortou uma brecha que embutia no projeto de lei do Banco Central a nomeação de sete servidores sem aprovação em concurso. A manobra ficou conhecida como “Os sete gatinhos”. Passando por cima da lei, que determina que apenas o presidente e diretores do Banco podem ser efetivados na instituição por nomeação, o PL do BC, como era conhecido, permitiria no artigo 5-A, depois suprimido, a contratação de comissionados.

À preservação do Banco se somou, em 2008, uma vitória importante: após três anos de campanha salarial difícil, o governo finalmente reconheceu que os servidores do Banco Central faziam parte de uma Carreira Típica de Estado e adotou a remuneração por subsídio, que eliminou as assimetrias salariais entre os funcionários. Coincidindo com o aniversário de 20 anos do Sinal, a maior e mais importante Assembleia Nacional Deliberativa (AND) da entidade reuniu, no Rio Grande do Sul, 85 delegados, que decidiram que o Sindicato deve afirmar-se como instrumento de defesa do cidadão e do Estado, honrando o lema do encontro: “20 anos do Sinal: maioria e cidadania”. Tarifas bancárias, regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, lavagem de dinheiro, *spread* bancário e política econômica se tornariam prioridade na pauta do sindicato. No ano da maior crise financeira internacional, os servidores do BC passaram a receber por subsídio, em três parcelas, nos meses de julho de 2008, 2009 e 2010.

O papel institucional do Banco voltaria a ser tema do seminário “Regulamentação do art. 192 da CF:

Desenvolvimento e Cidadania” e na XXIV AND, em 2010. No ano seguinte, o Sindicato promoveria o seminário “Em Defesa do Serviço Público”, com representantes de 40 entidades sindicais e parlamentares federais. Em 2012, a XXV AND discutiria a “Valorização das Regionais” e o seminário “Serviço Público — Qualificação e Desenvolvimento” voltaria ao tema do atendimento à sociedade. A postura crítica do Sinal com o papel do Banco Central talvez não tenha sido decisiva, mas pode ter contribuído para que a instituição enfim tenha criado a Diretoria de Relacionamento Institucional e Cidadania (Direc), voltada para educação financeira e a melhoria na comunicação com a sociedade.

TEMPOS DIFÍCEIS

Nos últimos três anos do governo Dilma Rousseff, os servidores do BC receberam reajustes anuais de 5% e passaram para o fim da fila nas negociações para reajustes futuros. Insatisfeitos com o tratamento dado pelo atual governo, em agosto e

setembro eles entraram em greve, em várias regiões do país, por melhores salários e equiparação dos analistas aos procuradores do Banco. Em outubro, o Sinal se juntou aos protestos dos servidores públicos federais na ativa contra o pacote de cortes de gastos anunciado pelo governo, que atinge fortemente a categoria. E contra as ameaças aos direitos dos servidores, como o fim do abono de permanência e da paridade entre aposentados e funcionários da ativa. O congelamento de concursos públicos por três anos, uma das medidas para cortar as despesas e reduzir os gastos da administração federal, representaria um impacto de meia década sem reposição de pessoal — tempo para organizar um novo concurso e convocar os aprovados.

A luta contra a precarização do trabalho parece ser o próximo desafio para uma categoria que ao longo de meio século evoluiu com a redemocratização do país e hoje, sem abandonar as preocupações institucionais, pode se dedicar mais ao reconhecimento profissional. ✓





ORDEM E

Uma receita cara e explosiva

JOGAR TODAS AS FICHAS NO AJUSTE FISCAL JUSTAMENTE QUANDO O PIB ESTÁ CAINDO E O DESEMPREGO AUMENTANDO, É UMA OPÇÃO PERIGOSA. PARA ECONOMISTAS OUVIDOS PELA POR SINAL, HÁ OUTROS RALOS QUE PODEM SER REPRESADOS, GERANDO UMA SITUAÇÃO MAIS CONFORTÁVEL PARA AS FINANÇAS PÚBLICAS.

JEFFERSON GUEDES



O Planalto passou boa parte de 2015 defendendo as medidas do chamado ajuste fiscal. A presidente Dilma Rousseff argumentou, no primeiro semestre, que a aprovação dessas medidas permitiria ao país retomar o crescimento ainda este ano. O diálogo sofrível com o Congresso, somado à rápida deterioração das contas públicas, obrigou o governo a abandonar o discurso otimista. Após rever a meta fiscal de 2015 pela segunda vez, em outubro, a equipe econômica aceitou a recessão como favas contadas. O foco, a partir daí, é um só: a ampliação do pacote de ajuste (que parece não ter fim).

A Fazenda afirma ter uma agenda “além do ajuste”, o que poderia supor uma visão mais estruturante para o país. Na prática, porém, o que se vê, até agora, são cortes pouco criteriosos, para dizer o mínimo, sem que o governo explique à sociedade como chegamos à situação atual. Afinal, como pôde o déficit orçamentário da União sair da casa de 3% do PIB, em meados de 2014, para 9% do PIB em novembro de 2015? Onde estão os ralos que levaram o país a um quadro tão preocupante?

Para o técnico do Ipea Sérgio Gobetti, autor do robusto ensaio “Ajuste Fiscal no Brasil: os limites do possível”, é importante debater as razões que justificam, em tese, o ajuste. A primeira delas guarda relação direta com a sustentabilidade da dívida pública, visto que um superávit primário próximo de zero tende a elevar o endividamento líquido do setor público. A outra razão parte do princípio de que o arranjo das contas públicas seria uma

condição prévia para a retomada do crescimento, em função dos seus efeitos sobre as expectativas dos agentes econômicos.

No que diz respeito à sustentabilidade da dívida, Gobetti discorda dos economistas que defendem a fixação de limites para o endividamento da União. “O problema não é a dívida, em si, mas o seu custo”, avalia. O dado mais impressionante neste sentido é que um simples aumento de 1% na taxa Selic provoca um custo fiscal entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões. O complicador da equação é que a dívida bruta pode avançar sensivelmente em um cenário que combine inflação, taxa de juros elevada e fraco crescimento do PIB, como o que estamos vivendo agora. Em junho de 2015, com o país já em recessão, a relação dívida/PIB ficou em 63%, o pior resultado da História. No mesmo mês de 2014, estava em 55% do PIB. Para analistas do mercado, o grande temor é o de que a dívida bruta ultrapasse os 70% do PIB. Este indicador é garantia de um novo rebaixamento do país pelas agências de risco.

Nesse cenário complexo, não dá para se pensar em estabilizar a razão dívida-PIB sem crescimento econômico. A manutenção dos benefícios previdenciários e assistenciais depende disso. E aí que está o grande paradoxo: a despeito do que disse a presidente Dilma no início do ano, nem sempre o ajuste fiscal pavimenta o caminho para a retomada do crescimento. Tudo depende, segundo Gobetti, da qualidade do ajuste. Quando a ênfase se dá em cortes no orçamento corrente, temos um ajuste de boa qualidade, capaz de favorecer a recuperação da economia. Mas quando as medidas incluem a redução de investimentos e o aumento de impostos (como está acontecendo, por sinal), o ajuste acaba afetando a própria estabilidade fiscal, já que economia em baixa significa arrecadação menor para o governo.

Os indicadores mais recentes

reforçam essa avaliação. Dados levantados pelo site “Contas Abertas” mostram que, se comparados os valores investidos nos dez primeiros meses do ano pela União em 2014 e 2015, a retração de investimentos foi da ordem de 43%. Em números, isso significou R\$ 23,1 bilhões a menos neste exercício (o IPCA é o índice utilizado aqui para valores constantes). Na outra ponta, a da arrecadação, as estimativas mais recentes da Receita Federal indicam uma queda de R\$ 57,7 bilhões na receita líquida da União.

O DESAFIO DE CRESCER

Por tudo isso, o desafio que o país enfrenta, na visão de Sérgio Gobetti, é definir um ajuste fiscal viável que não afete o crescimento. E existe espaço para ações neste sentido, avalia o técnico do Ipea. Como exemplo, ele cita o problema da equalização dos subsídios do PSI, um programa do BNDES que já custou aos cofres públicos mais de R\$ 450 bilhões. A perda que o Banco Central vem tendo no mercado de câmbio futuro é outro ponto que merece ser estudado com atenção, pois representa algo em torno de 2,3% do PIB.

Há também alternativas tributárias não exploradas pela equipe econômica. E aqui Gobetti faz uma ressalva importante. Só há uma forma de elevar a carga tributária sem afetar o crescimento econômico: aumentando impostos sobre a renda de estratos da população que não reduzirão seu consumo em função da maior tributação. Entre as medidas com esse perfil, está o restabelecimento da tributação de lucros e dividendos distribuídos aos acionistas e donos de empresas, que estão isentos no Brasil desde 1996. A receita estimada por este imposto seria algo em torno de 7% do PIB, caso se adote a alíquota de 15%, igual àquela que incide sobre os demais ganhos de capital. O assunto já foi abordado com detalhes na **Por Sinal** n° 49.

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, defendia a medida. Mas Levy preferiu propostas “mais neutras”, conforme confidenciou um ex-ministro do núcleo duro da presidente Dilma. O funcionalismo foi um dos primeiros setores da sociedade a sentir na carne esta “neutralidade”, “agraciado” com mais um pacote de maldades do governo. Uma insensatez total, já que a despesa com pessoal é a única que recuou entre 2002 e 2014, na ordem de 0,5% do PIB (veja matéria na página 18).

A RAIZ DO PROBLEMA

O déficit orçamentário que o governo projeta para 2015 atingirá a impressionante cifra de R\$ 117,9 bilhões. O valor é a soma do déficit de R\$ 51,8 bilhões, abatimentos de R\$ 11,1 bilhões (decorrentes da frustração de receita de concessões, que só serão contabilizadas em 2016) e mais os R\$ 55 bilhões das chamadas “pedaladas fiscais”, um pagamento que o Tesouro terá de fazer por determinação do TCU.

Com tamanho aperto, já se sabe que a equipe econômica irá lançar um novo pacote fiscal no início de 2016. Sem condições de aprovar a CPMF, o governo quer mostrar ao mercado que fará de tudo para cumprir a meta de um superávit primário de 0,7%. A saída será elevar a alíquota de tributos que não necessitam de aprovação do Congresso, como o aumento da Cide (que incide sobre o preço de combustíveis) o IPI e o IOF.

O “x” da questão é que essas medidas serão tomadas com o mercado pressionando por ações ainda mais contundentes. Como disse o professor João Sicsú, ex-diretor de Políticas e Estudos Macroeconômicos do Ipea em artigo publicado recentemente: “Para os neoliberais, ajuste fiscal é um processo permanente — com ou sem desequilíbrios orçamentários.” O que está em curso, com tantos pacotes, diz o professor, “é um programa de austeridade semelhante aos que

o FMI impôs ao país nos anos 1980 e 1990. Em todos eles, uma mesma lógica: aproveitar o desequilíbrio fiscal para debilitar o Estado, em especial os programas que promovem o bem-estar”.

É preciso inverter esta lógica, avalia o conselheiro do Sinal, Ricardo Piccoli. Porque a discussão que se fez até aqui, com caminhos que contemplam maior ou menor superávit primário, não vai à raiz do problema. Na visão de Piccoli, os cortes no Orçamento e a política de juros altos não são utilizados para reduzir os gastos do Estado e torná-lo mais eficiente. São, no fundo, instrumentos para desviar recursos para uma classe que sempre explorou o Estado, via financiamento e/ou rentismo. “O que quebra nossas pernas são os juros”, diz ele, e todo o processo de transferência de renda associado a esta política. Por isso, o conselheiro do Sinal é taxativo: enquanto o Brasil não enfrentar esta questão, seguirá patinando, dependendo sempre de um cenário externo muito favorável para conseguir pagar as contas e sair do vermelho.

Neste contexto, é curioso observar o contorno que o discurso em favor da eficiência do gasto público assume entre os empresários do setor industrial. Boa parte deles anda repetindo o bordão: “Não vamos pagar este pato.”

À primeira vista, soa como uma tentativa de barrar a volta da CPMF. A questão é que boa parte dessa crise se deve ao fato de o governo ter se endividado, em mais de R\$ 450 bilhões para capitalizar os bancos que emprestam dinheiro aos mesmos empresários que, hoje, não querem o pato. Além de suportar uma perda, apenas em 2015, de R\$ 120 bilhões em face dos contratos de Swap Cambial (ver matérias nas páginas 16 e 17).

No final das contas, o que muitos chamam de “Estado eficiente” não passa de um Estado subserviente aos seus interesses de ocasião.



O que quebra nossas pernas são os juros e todo o processo de transferência de renda associado a esta política. Enquanto o Brasil não enfrentar esta questão, seguirá patinando, dependendo sempre de um cenário externo muito favorável para conseguir pagar as contas e sair do vermelho.

RICARDO PICCOLI
CONSELHEIRO DO SINAL

UMA CONTA QUE NÃO FECHA

A instalação da CPI do BNDES, em junho, não prometia muita coisa. Palco de mais uma queda de braço entre o governo e a oposição, o que importava ali não era a investigação em si, mas o barulho produzido pelos parlamentares. Em novembro, porém, a Operação Lava-Jato alcançou o Banco, ainda que indiretamente, ao solicitar informações sobre os empréstimos concedidos ao pecuarista José Carlos Bumlai. Entre as duas datas, as críticas ao BNDES subiram de tom sensivelmente. Sem dúvida, a instituição está na berlinda.

Não é a primeira vez e, pelo visto, não será a última. Na era FHC, a atuação do BNDES foi muito questionada durante todo o processo de privatização. Criticava-se o banco por ter facilitado a venda de estatais a preço de banana, permitindo inclusive o uso de ativos de segunda linha (as chamadas “moedas podres”). O tempo passou, Lula chegou ao Planalto e optou por não rever nenhuma das privatizações. Preocupado em respeitar contratos, atitude que considerava fundamental para a estabilidade do seu governo, o petista tinha outros planos para o Banco. Pretendia transformá-lo na grande alavanca dos projetos de indução do crescimento.

Com maior ou menor êxito, o BNDES cumpriu a missão vislumbrada por Lula. O Banco apostou suas fichas na indústria naval, na valorização do etanol e finalmente no pré-sal, descoberto em 2007. A crise internacional deflagrada no ano seguinte, porém, complicou o *script*. As torneiras do sistema financeiro mundial se fecharam e, com isso, não havia mais dinheiro para financiar o crescimento, sobretudo em áreas que exigem investimentos pesados, como a indústria e a infraestrutura.

Coube ao BNDES, então, o papel de bombeiro da crise. Por meio da Lei nº 12.096, de 24/11/2009, o governo criou o BNDES PSI - Programa de Sustentação do Investimento. O Programa, cujo nome é bem revelador, consiste no repasse de recursos do Tesouro para o BNDES com o objetivo de estimular diferentes setores da economia.

O limite de empréstimos definido para o PSI na época era de R\$ 44 bilhões. Levando-se em conta a dura realidade que o país vivia — o PIB recuou 0,2% em 2009 -, é fácil constatar que o crédito liberado era compatível com

as demandas de então. Em 2010, o Brasil deu um salto espetacular, registrando um crescimento de 7,5% em relação ao ano anterior. O limite de empréstimos do PSI triplicou, atingindo a soma de R\$ 134 bilhões. Continuou crescendo nos anos seguintes, até alcançar a fantástica cifra de R\$ 452 bilhões com a atualização do limite de empréstimos, consolidada pela MP 663/2014. O PIB, porém, manteve um desempenho fraco, sobretudo em 2014.

Os números não chegam a colocar em xeque a existência do PSI, propriamente. O financiamento do programa, contudo, é no mínimo controverso. Enquanto o Tesouro capta o dinheiro que repassa ao BNDES com taxas em torno de 14,5%, o Banco empresta às empresas tendo como referência os juros camaradas da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Em novembro de 2009, quando o PSI virou lei, a TJLP cobrava juros de 6%. Três anos depois, em janeiro de 2013, o governo iniciou uma redução gradual até fixar o patamar de 5%. A taxa se manteve inalterada até janeiro de 2015, com a chegada de Joaquim Levy na Fazenda.

Consciente do impacto dos juros subsidiados nas contas públicas, o ministro vem promovendo a elevação gradual da TJLP. Em janeiro, o Conselho Monetário Nacional, presidido por Levy, fixou a taxa em 5,5%. Nos trimestres seguintes, o CMN promoveu mais três elevações de 0,5% cada, o que elevou a cotação da TLJP para 7%. Além disso, o órgão aprovou em outubro uma resolução reduzindo em R\$ 30,5 bilhões o limite estabelecido para operações do PSI. A resolução anterior havia definido o limite de contratações do programa em R\$ 50 bilhões. Este é um dos motivos, por sinal, do setor industrial estar empurrando Levy para a frigideira.

Pressões à parte, o aumento da TJLP é necessário na conjuntura atual. Com taxas mais altas, diminui os custos com a equalização de juros do PSI. No buraco nas contas do governo, R\$ 29,5 bilhões correspondem à diferença entre o custo de captação dos recursos pelo Tesouro e a remuneração que ele recebe do BNDES pelos empréstimos concedidos às empresas. Esse buraco é pago por nós, contribuintes, que não temos acesso a juros facilitados.

Aliás, um dos caminhos para a redução da Selic passa, justamente, pelo fechamento desse buraco. Porque quando o BNDES expande o crédito, o Banco Central precisa forçar uma contração no crédito (elevando a Selic) para que a inflação não se afaste muito do centro da meta. É provável que essa discussão ganhe força à medida que a Lava-Jato investigue os contratos celebrados pelo Banco.

SWAPS CAMBIAIS

UM SEGURO PAGO PELA SOCIEDADE

O Brasil acompanha, com apreensão, os movimentos que o governo tem feito para tentar reduzir o déficit primário de 2015. Incluídas as chamadas pedaladas fiscais, o rombo pode atingir a cifra de R\$ 117,9 bilhões. Enquanto o Planalto tenta pôr ordem na casa, promovendo contingenciamento dramático no fim do ano, as operações de *swap* cambial dão um prejuízo equivalente ao Tesouro.

O *swap* é, em resumo, um contrato que o Banco Central faz com o mercado apostando que o dólar vai manter uma determinada cotação durante o período de vigência do contrato. Compara-se, então, a variação do dólar, diariamente, com a remuneração da Selic. Se a valorização cambial superar a Selic, o BC tem a obrigação de recompensar o investidor.

No exercício de 2015, a remuneração da Selic não tem sido tão lucrativa quanto a variação do dólar, que já há algum tempo vem superando as previsões do Banco Central. Por conta disso, o Banco teve um prejuízo da ordem de R\$ 38,6 bilhões, só em setembro. No acumulado do ano, as perdas da autoridade monetária com as operações de *swap* já atingiram a impressionante cifra de R\$ 119,7 bilhões.

O problema maior é que este prejuízo todo tem desdobramentos. As perdas com os contratos de *swap* aumentam a liquidez da economia, o que obriga o BC a retirar moeda de circulação. Isso é feito através de operações compromissadas de títulos, que pagam juros Selic. Assim, o governo perde duas vezes, pois o prejuízo com as *swaps* impactam também o déficit nominal do setor público.

A direção do Banco afirma que as perdas com as operações de *swap* são compensadas pelo aumento do valor, em reais, das reservas cambiais. Esse argumento vem sendo bastante questionado. Uma fonte consultada pelo Sina, e que acompanha de perto o assunto, avalia que esta posição do BC parece confundir fluxo com estoque — uma distinção crucial em economia. Fluxo é o *movimento* de um bem ou serviço: em última instância, receita menos despesa. Estoque é a *quantidade* de um bem armazenado ou entesourado. Reservas cambiais (convertidas em títulos do Tesouro americano) entram na categoria estoque e, como tal, não podem ser consideradas como receita. Não faz sentido, portanto, contabilizar a valorização das reservas

como receita. Soa, até, como uma tentativa de maquiar o efeito perverso das *swaps* cambiais, questiona a fonte.

Além da confusão entre fluxo e estoque, há o mito de que as operações com *swap* são necessárias para conter a alta do dólar. A realidade desmonta este argumento, pois o *swap* não evitou o recorde histórico do dólar em setembro, quando a moeda americana superou a barreira dos R\$ 4. A rigor, o *swap* funciona como um seguro para empresas que estão endividadas em dólar. A sociedade não tem nenhum benefício tangível com isso. Muito pelo contrário.

E quando se observa o contexto em que estão inseridas, fica evidente o círculo vicioso que cercam essas operações. Por conta do ambiente político, o Brasil está menos confiável aos olhos do investidor. A instabilidade pressiona o dólar, elevando as perdas com as operações de *swap*. Como resultado, ocorre o agravamento do quadro fiscal, mais desconfiança, mais pressão sobre o dólar... Enfim, estamos dando voltas sem sair do lugar.

Muitos analistas do mercado têm manifestado suas preocupações com o impacto dessas operações nas contas públicas — algo em torno de 2,3 % do PIB. Uma corrente defende que o BC reduza gradualmente o estoque de *swaps* cambiais, deixando de renovar os contratos que estão vencendo e passando a oferecer dólares no mercado à vista, usando as reservas.

A direção do Banco nem quer ouvir falar no assunto. Em recente reunião com um grupo de parlamentares da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, o presidente do BC, Alexandre Tombini, rejeitou qualquer possibilidade de utilização das reservas para cobrir as perdas com as operações de *swap*. “Não apoiamos essas iniciativas de fazer encontros de passivos e ativos usando as reservas internacionais, porque hoje é um colchão, é um seguro para a economia brasileira, e tem funcionado bem”, afirmou Tombini. “A prova do pudim é justamente a que nós estamos vivendo hoje. Ou seja, com toda essa confusão internacional, com todas as incertezas em relação à economia brasileira, nós temos uma tranquilidade do ponto de vista do financiamento externo da economia brasileira neste momento. Não mexeria nas reservas neste contexto”, acrescentou.

AJUSTE FISCAL

Servidor é que paga o pato



Os dirigentes do Sinal costumam levar tabelas e gráficos às reuniões com o governo para que possam defender os interesses da categoria com mais embasamento. Este ano, durante a última negociação salarial, um dos assessores do secretário de Recursos Humanos do Planejamento, Sérgio Mendonça, reconheceu a qualidade do material apresentado pelo Sindicato. “A conta de vocês fecha”, disse ele, referindo-se ao corrossômetro, instrumento que mede a defasagem salarial do servidor com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O reconhecimento é importante, sobretudo no contexto atual. Premido pelo déficit orçamentário e sem coragem para fazer mudanças estruturantes, o governo mais uma vez jogou no colo do servidor parte da responsabilidade pelo buraco nas contas públicas.

A ideia é adiar o reajuste dos servidores para agosto de 2016, com o objetivo de economizar R\$ 7 bilhões. Mais R\$ 1,5 bilhão será obtido graças à suspensão dos concursos públicos. O pacote de maldades ainda prevê o fim do abono permanência, que garante abono de 11% no salário do funcionário que já adquiriu condições de aposentadoria, mas que permanece na função. A economia estimada com esta medida gira em torno de R\$ 1,2 bilhão, segundo dados do governo.

A grande questão que se coloca é: até que ponto a sociedade sai ganhando com isso? Do jeito que foi desenhado, o aperto no funcionalismo irá prejudicar a sociedade sensivelmente. Com cerca de 100 mil servidores em vias de se aposentar, a suspensão dos concursos irá produzir um brutal enxugamento da máquina pública. Haverá falta de servidores em vários níveis, afetando diretamente o atendimento direto à população. Se o nível de reclamação já é alto com o quadro atual, imagine com 100 mil servidores a menos.

Na prática, o governo Dilma está endossando uma política bem ao gosto daqueles que defendem o Estado mínimo. E isso é assumido claramente, sem rodeios. Em março deste ano, o ministro Nelson Barbosa disse aos representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais que o objetivo do governo é mesmo diminuir o peso da folha de pagamento do funcionalismo no orçamento da União:

“Nós mantemos nossa diretriz já adotada em anos anteriores de promover uma redução gradual do gasto primário com folha de pagamento em relação ao percentual do PIB”, afirmou Barbosa, em entrevista concedida após a reunião. O ministro lembrou que, em 2002, último ano do governo de FHC, a folha representava 4,8% do PIB. Dez anos depois, a folha caiu para 4,2%. A meta do governo é manter esta trajetória declinante. Ou seja, o ajuste

fiscal em cima do servidor tem sido a tônica desde meados do governo Lula.

ENXUGANDO GELO

O mais impressionante é que não existem elementos macroeconômicos que justifiquem tal engessamento da máquina pública. Conforme mostra Sérgio Gambetti no seu trabalho para o Ipea, a queda nos gastos de pessoal (via controle de reajustes e adiamento de concursos públicos, por exemplo) não tem como compensar o aumento das demais despesas correntes da União, até mesmo no médio prazo. Em português bem claro, o governo está enxugando gelo.

Além disso, a própria conta que o governo usa para medir os gastos com o funcionalismo tem várias lacunas. Aldomar Santos, professor de Ciências Contábeis e integrante do Conselho Regional do Sinal-SP, observa que o Executivo está longe de atingir o limite para gastos com pessoal, fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal em 50% da Receita Corrente Líquida. No acumulado dos quatro primeiros meses de 2015 (dado mais recente disponível), o governo gastou, em média, 30,9% de suas receitas líquidas para o pagamento de funcionários públicos federais.

Aliás, a relação entre as despesas com a folha e as receitas correntes líquidas vem caindo ao longo dos anos. Em 1996, segundo ano do mandato de FHC, esta relação estava na casa de 46%. Em 2003,

ano em que Lula assumiu, o governo gastou apenas 27,2% de suas receitas com o funcionalismo. Este indicador manteve-se em torno de 26% durante o governo Dilma e subiu este ano para 30,9% em função da queda nas receitas.

Para Aldomar Santos, os números mostram que o funcionalismo está longe de ser um peso para as contas públicas. Se não bastasse, quando se analisa no Orçamento da União cada entrada do grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, nota-se um gasto considerável em itens que inflam os gastos com o funcionalismo. Um exemplo: o item 92, “Despesas de Exercícios Anteriores” faz sentido ser agrupado aqui? Questionamento semelhante se aplica ao item 94, “Indenizações e Restituições Trabalhistas”. Aldomar propõe um exercício contábil: retire estes itens questionáveis do grupo “Pessoal



Quando se analisa os países com melhor IDH do mundo, constata-se que todos, sem exceção, têm mais servidores públicos por habitante do que o Brasil. Em média, estes países investem até três vezes mais do que o Brasil na contratação de servidores.

ALDOMAR SANTOS
PROFESSOR DA FEA

e Encargos Sociais” e você verá que os gastos do governo com o funcionalismo se distanciam ainda mais do limite definido pela Lei de Responsabilidade Social. (ver tabela)

Além dos aspectos contábeis, o conselheiro do Sinal faz uma análise mais conceitual sobre o engessamento da máquina pública. Quando se analisa os países com melhor IDH do mundo, constata-se que todos, sem exceção, têm mais servidores públicos por habitante do que o Brasil. Em média, estes países investem até três vezes mais do que o Brasil na contratação de servidores.

Portanto, é necessário que o Brasil avalie criteriosamente a relação entre o tamanho da máquina pública e a qualidade de vida da população. O que se sabe, por ora, é que a construção de uma grande rede de servidores públicos foi fundamental para o desenvolvimento de países como a Alemanha e a Noruega. ▣

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	TOTAL NO ANO (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	07- Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	369.883.124,72
Pessoal e Encargos Sociais	92- Despesas de Exercícios Anteriores	922.993.479,90
Pessoal e Encargos Sociais	94- Indenizações e Restituições Trabalhistas	417.662.568,59
Pessoal e Encargos Sociais	13- Obrigações Patronais	14.232.257.183,91
Pessoal e Encargos Sociais	16- Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	797.347.963,55
Pessoal e Encargos Sociais	17- Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	175.140.445,25
Pessoal e Encargos Sociais	05- Outros Benefícios Previdenciários do servidor ou do militar	2.413.779,35
Pessoal e Encargos Sociais	03- Pensões do RPPS e do militar	32.622.787.040,28
Pessoal e Encargos Sociais	96- Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	683.094.104,45
Pessoal e Encargos Sociais	91- Sentenças Judiciais	1.172.300.756,95
Pessoal e Encargos Sociais	11- Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	69.931.311.973,20
Pessoal e Encargos Sociais	12- Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	20.056.921.921,43
Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal		

UMA ANÁLISE POLÍTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL

QUAIS OS VERDADEIROS GARGALOS? PARA ONDE (E PARA QUEM) OS RECURSOS SÃO DESVIADOS?

RICARDO LUIS PICCOLI E JOSÉ PAULO VIEIRA

Uma nova e perigosa encruzilhada ameaça o desenvolvimento do país. A perda de confiança, interna e externa, de cunho político, semeada de cima para baixo e desfraldada por um estrato social que tenta manter privilégios, debilita a economia tupiniquim. Uma série de nós e amarras, inculcados sobre os bordões surrados do combate à inflação, combate à corrupção e aperto fiscal, atravança qualquer iniciativa pública, neste país que muito dela precisa e que pouco dela utiliza.

Absorvemos, automaticamente, que os gastos do governo são altos e ineficientes e que as receitas (advindas de impostos e contribuições) são escorchantes. E quando o orçamento apresenta déficit, deterioram-se, ainda mais, as expectativas e o arrocho passa a ser a solução de prateleira (aumento de juros, corte de salários e redução dos gastos governamentais). Dessa maneira, qualquer tentativa de desenvolver o país vai pelo ralo, pois a inflação, que lhe é minimamente inerente, não pode ser tolerada. Relembre-se que, no início do Plano Real, Pedro Malan declara que “*a melhor política industrial é não ter política industrial*”, demonstrando a supremacia do combate à inflação em detrimento a qualquer política de crescimento.

Essa receita de arrocho (simplista, inocente e fraca per se) acaba levando à redução da arrecadação e do

consumo, fragilizando ainda mais o ambiente econômico. Entretanto, não se repisará nesse tema, de vital importância para o crescimento do país. Outros já o estudaram de maneira brilhante, como Sérgio Gobetti, do Ipea (“*Ajuste Fiscal no Brasil: Os limites do possível*”), embora sem adentrar a faca no miolo do problema. Tentar-se-á essa façanha, neste trabalho.

A análise, aqui, não será técnico-econômica. Será mais político-econômica, buscando os motivos que levam ao déficit e, principalmente, quem ganha com ele. Será mostrado que os cortes no orçamento e a prática de altos juros não são utilizados para reduzir os gastos do Estado (tornando-o mais eficiente), mas, sim, uma tentativa de desviar recursos, cada vez maiores, para uma classe que sempre explorou o Estado, via financiamento. Um dispositivo eficiente para manutenção do atraso do país, pela via da espoliação de recursos.

Como já ensinava o velho Marx, as classes sociais estão em constante conflito. Não, por aqui, em Terra Brasilis, onde sempre foram bem ou, no mínimo, razoavelmente comportadas. Quiçá, forçando muito o alvitre, acataríamos o aforisma do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda. Ou, num esforço ainda mais resignado, arguiríamos as relações harmônicas interétnicas de Gilberto Freyre.

Percebe-se, no entanto, a bem da realidade, que essa “*amabilidade*” deve-se a um sofisticado mecanismo de

controle e a adequados métodos de perpetuação da dependência econômica, imposta por um modelo oligárquico, quase feudal.

Observa-se um intencional embaraço ao nosso desenvolvimento, por parte da camada aforada que rechaça a inclusão, compendiando a manutenção de privilégios, pela via do assalto financeiro, com a indulgência do Estado. Mitigam-se, assim, o desenvolvimento e a inclusão social (com a justiça financeira que lhe é inerente), pois essa tende a demandar maior esforço para manutenção do mesmo lucro, já que salários aumentam e consciências se formam. Tende, também, a reduzir status. Assim, a encruzilhada de nosso desenvolvimento econômico deve alinhar o conhecimento dessa dinâmica que escoar recursos da sociedade para uma classe oligárquica, representada magnificamente pela finança.

Tabela 1. Orçamento União 2015, considerando R\$ 225 bilhões para pagamento de juros da DPMFi

Ao figurar por demais deletéria ou dialética, quiçá



Os juros reais pagos chegarão, neste ano, a mais de R\$ 300 bilhões. Bem acima do planejado pelo Tesouro. Esse valor desperdiçado em juros representa mais que o triplo do Orçamento de Investimento Federal (em torno de R\$ 100 bilhões).

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA	FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL		
	Recursos do Tesouro	Receita de outras fontes	Total
Despesas Correntes	1.524.748.038.468	9.771.826.608	1.534.519.865.076
Pessoal e Encargos Sociais	255.043.771.336	940.547.624	255.984.318.960
Juros e Encargos da Dívida	225.247.605.644	515.000	225.248.120.644
Outras Despesas Correntes	1.044.456.661.488	8.830.763.984	1.053.287.425.472
Despesas de Capital	1.282.632.078.882	4.649.945.981	1.287.282.024.863
Investimentos	58.796.228.114	2.129.675.642	60.925.903.756
Inversões Financeiras	92.489.730.843	2.516.079.536	95.005.810.379
Amortização da Dívida	1.131.346.119.925	4.190.803	1.131.350.310.728
Reserva de Contingência	39.645.836.684	1.931.975.054	41.577.811.738
Outros	19.524.029.768	1.931.975.054	21.456.004.822
Contingência	20.121.806.916		20.121.806.916
Total	2.847.025.954.034	16.353.747.643	2.863.379.701.677

pesada, essa asserção, intimamos a uma visita ao Orçamento da União de 2015 (e recomendamos aos dos anos anteriores, também), acessível no site do Tesouro Nacional. De lá extraímos duas contas de especial atenção, na parte das despesas federais:

- pagamento de juros da dívida e
- refinanciamento da dívida.

O *refinanciamento da dívida* é a parte vincenda que o governo federal precisa repor para mantê-la, sem amortizar (pois o prazo médio de vencimento da dívida é +/- 5 anos, resultando em +/- 20% da dívida vencendo a cada ano). Não há interesse em amortizá-la, tampouco recursos disponíveis para tal, pois, de ser assim, o Estado deveria disponibilizar em torno de R\$ 600 bilhões ao ano, só para a amortização. (*)

Outro título, bem mais importante, é o *pagamento de juros da dívida*, montando a mais de R\$ 300 bilhões, em 2015, que demonstra ser a dívida pública brasileira o arquétipo de um mecanismo para perpetuar notáveis privilégios. (**)

Uma simples análise da alocação de juros já é suficiente para instruir importantes conclusões. Em 2015, o Tesouro Nacional alocou R\$ 225 bilhões nesse jamegão. Esse valor foi calculado a partir de uma DPMFi que montava a pouco mais de R\$ 2,1 trilhões em janeiro a um custo médio de 12% aa. Porém, ao longo do ano, a dívida foi crescendo inesperadamente (devido, principalmente, aos custos de swaps cambiais) e o seu custo chegando a 14% no final do ano, devido ao incremento da taxa Selic. Assim, os juros reais pagos chegarão, neste ano, a mais de R\$ 300 bilhões. Bem acima do planejado pelo Tesouro.

Esse valor desperdiçado em juros representa mais que o triplo do Orçamento de Investimento Federal (em torno de R\$ 100 bilhões). Em torno de dez vezes maior do que qualquer despesa social, como o Bolsa Família, por exemplo (de R\$ 27 bilhões). Maior que os gastos com educação (R\$ 100 bilhões) e com saúde (R\$ 110 bilhões), somados. Maior que o gasto da União com os servidores do Executivo, já considerando os gastos previdenciários (R\$ 200 bilhões; sendo R\$ 103 da Previdência e R\$ 97 fiscal). Só para efeito de comparação, o déficit do governo federal mais execrado pela mídia, o da Previdência Social, em 2015, será de R\$ 82 bilhões.

Para 2016, considerando um estoque de DPMFi de 2,6 trilhões (sendo otimista) e encargos de juros em 14% (mas já com viés de subida, segundo o BC), chega-se a mais de

R\$ 360 bilhões como juros a serem pagos. Em 2015, mais de R\$ 300 bilhões serão distribuídos ao setor rentista. Em 2016, mais de R\$ 360 bilhões. Que disparate!!!

Portanto, ao ser apresentado o orçamento para 2016, aparecerão, inexoravelmente, déficits gigantescos e perguntar-nos-emos onde aumentaram as despesas (sem esquecer que as receitas diminuem com a política de altos juros). Fica claro, logo, que esse déficit não se deve a gastos maiores com educação, saúde, segurança, manutenção dos serviços sociais, manutenção dos serviços públicos à população, entre outros. Sequer, deve-se à corrupção. Não são nesses itens, então, que deveremos cortar custos. O que se observa é uma parcela absurda de juros que cresce exponencialmente. Neles se vai nosso desenvolvimento.

Retornando, agora, à epígrafe inicial, pergunta-se, outra vez: *o que causa os déficits no orçamento?* O Bolsa Família, os investimentos no PAC, os servidores federais, a Previdência Social? Não, o que quebra nossas pernas é a parcela de juros que alimenta os rentistas. Isso exige um orçamento apertado, que gera recessão e não nos assente crescer a economia. Recessão que gera ainda maiores juros que aumentam a drenagem e o déficit do orçamento.

(*) *Aqui, costuma-se cometer um erro gravíssimo, ao interpretar o pagamento dessa parcela como “minimizadora de recursos”. Por ser um refinanciamento, a mesma verba que sai do cofre para pagá-la, entra no cofre via novo financiamento. Não afeta os recursos disponíveis pela União. Somente seus juros.*

(**) *Seguindo a observação acima, comete-se, na consideração de juros pagos pela DPMFi, outro erro, ainda mais grave. Costuma-se tomar os “juros nominiais”, apresentados pelo BC, como se “juros alocados” à DPMFi fossem. Na rubrica “juros nominiais”, estão considerados os fatores que aumentam a DPMFi, como juros e gastos com swaps. Não podem ser utilizados, diretamente, como juros alocados.*

(*) RICARDO LUIS PICCOLI é especialista do BC e membro do Conselho Nacional do Sinal, Regional Porto Alegre.

(*) JOSÉ PAULO VIEIRA é especialista do BC e membro do Conselho Regional do Sinal, Regional São Paulo.

As opiniões aqui expressas são de caráter pessoal e não representam as do Banco Central do Brasil, instituição à qual os autores estão vinculados profissionalmente.



O perigo da regressão social

O senador Lindbergh Farias nos recebeu segunda-feira, dia 30 de novembro, às 13 horas, no seu escritório, no centro do Rio, dias depois da prisão do então líder do governo no Senado, Delcídio Amaral. Estava com pressa, desculpou-se, mas tinha que voar para Brasília duas horas depois. A pressa tinha sua razão de ser. O deputado Eduardo Cunha anunciava a intenção de admitir o pedido de impedimento da presidente Dilma Rousseff, e a presença do parlamentar no Congresso se fazia imperiosa. Na curta conversa com a **Por Sinal**, o senador não pôde responder a todas as perguntas que tínhamos preparado, particularmente as mais voltadas para questões corporativas de interesse dos servidores. Preferiu centrar suas energias na avaliação da crise política, e registrar, com muita ênfase, sua preocupação com os rumos da política econômica. “Com esse cenário de recessão e desemprego, vamos ter uma crise social muito grande neste país”, alertou Lindbergh.

Para o senador, insistir nessa política de ajuste fiscal e não indicar qualquer caminho para a retomada do crescimento era jogar por terra todo o projeto petista de inclusão social.

Perguntado sobre quais seriam as opções para

sair da crise, Lindbergh foi claro: “Acredito que há espaço, sim, de o governo Dilma fazer uma política de transição, mesmo que seja uma política que mantenha alguns aspectos do ajuste. Mas ela precisa, desde já, abrir espaços e apontar para a retomada do crescimento. Com o ministro Joaquim Levy não dá. Acho que o Nelson Barbosa, por exemplo, seria um bom nome para fazer essa transição”.

Nos vinte dias que separaram a conversa com o senador do fechamento desta edição da **Por Sinal**, acontecimentos de grande impacto deram novos contornos à crise política e econômica que o país enfrenta: a aceitação do pedido de impeachment pelo presidente da Câmara; o estabelecimento de novo rito do processo de impeachment pelo STF; o processo contra Cunha na Comissão de Ética; e a renúncia do ministro Levy no comando da Fazenda.

A velocidade dos acontecimentos, porém, impediu a plena atualização da entrevista. Mas, não se pode negar que o senador Lindbergh foi profético: Nelson Barbosa é o novo ministro da Fazenda.

Flavia Cavalcanti

■ **Em 1992, como presidente da UNE e líder dos caras-pintadas, você esteve no olho do furacão da crise que resultou no impeachment do presidente Collor. Hoje, 23 anos depois, como senador pelo PT-RJ, o senhor novamente está no olho do furacão, desta vez de uma crise de dimensões que certamente não imaginava. Como avalia a situação do país depois da abertura do processo de impeachment da presidente Dilma?**

Eu fui presidente da UNE quando ocorreu o impeachment do ex-presidente Collor e é preciso esclarecer as diferenças. Naquela época, o que se descobriu foi que contas fantasmas do tesoureiro Paulo Cesar Farias pagavam as despesas do ex-presidente, de sua mãe e esposa, além da reforma do jardim da Casa da Dinda, que era sua residência pessoal. Já contra a presidente Dilma, não há nada! Você pode até discordar dela, mas todos sabem que ela é uma mulher honrada e honesta. Reafirmo: estou contra o impeachment de Dilma porque não existem fatos objetivos que incriminem a presidente da República. É completamente diferente da época do Collor.

A abertura de impeachment feita pelo deputado Cunha já nasce desmoralizada. Ela é fruto de um processo de chantagem, em que o presidente da Câmara quis manipular o governo e o PT, usando seu cargo para tentar conseguir votos e se livrar do Conselho de Ética. Por sinal, o STF precisa entrar em ação, pois esse é um caso típico em que alguém usa a influência do posto para tentar atrapalhar um processo de investigação.

■ **Mas e agora, o que vai acontecer? Além da crise política, agravada também com a recente prisão do líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral, temos uma situação econômica muito delicada.**

A crise que estamos vivendo é a maior da História do país. É gigantesca. É uma crise política, mas é uma crise econômica também. A minha preocupação, quando eu entro num debate, é sempre econômica, porque eu acho que o tamanho da recessão que vamos enfrentar, com certeza vai aprofundar a crise política. Depois daquelas gravações, não existe defesa possível para o Delcídio. Eu não tenho dúvida de que o senador não tem a menor condição de continuar exercendo o mandato, ninguém

vai defendê-lo na Casa. Posso afirmar aqui para vocês que ele vai ser cassado, e com os votos do PT. A Executiva do partido já suspendeu o senador por 60 dias e agora a decisão de sua expulsão ou não está nas mãos do Diretório Nacional.

Em relação à batalha pelo impeachment, nós temos que ir para as ruas com tudo para impedir esse golpe e denunciar o papel da oposição. Eles, sim, estavam aliados com o presidente da Câmara desde o começo. É hora de a gente partir para a ofensiva! Precisamos também defender a democracia e nos mobilizar pelo “Fora Cunha”. Tenho certeza que essa é uma oportunidade para a presidenta Dilma começar a recuperar a sua popularidade.

■ **O cerco ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha, parece que se aprofunda, mas ele resiste, apostando suas fichas no poder que conquistou no Congresso. Quem, de fato, o mantém à frente da Câmara?**

Eduardo Cunha é questão de tempo. Nunca vi uma comprovação de forma tão clara de desvios, como no caso do deputado. Já existe base comprovada de desvios de recursos da Petrobras que chegaram às contas de Cunha na Suíça, pagamentos pessoais, fora as últimas denúncias de sua ligação com o BTG Pactual envolvendo compra de emendas. O trabalho do Ministério Público em associação com o MP da Suíça foi muito bem feito. O que segura o Eduardo Cunha agora é sua pauta conservadora; com isso, ele tenta manter uma base de apoio parlamentar que o sustenta. Colocando pra votar o Estatuto do Desarmamento, ele segura a bancada da Bala; o Estatuto da Família, ele segura os evangélicos, e vários outros projetos, todos eles extremamente conservadores.

O Senado Federal, que sempre foi a casa mais conservadora, por incrível que pareça, agora virou um ponto de equilíbrio. Por exemplo, a Câmara aprovou o projeto de financiamento empresarial de campanha e no Senado nós derrotamos o financiamento privado. Eles aprovaram o projeto de terceirização e no Senado a gente congelou. Redução de maioria penal, a mesma coisa. Hoje nós temos maioria para derrotar esse projeto.

■ **Mas essas pautas conservadoras, embora importantes, não são centrais para resolver os problemas do país, hoje. O senhor concorda com isso?**

Claro que sim. Eu acho, sinceramente, que a grande questão para o país, hoje, é a retomada do crescimento econômico. Está havendo certa alienação em relação ao tamanho da crise econômica que estamos vivendo, e isso entre os próprios setores do governo e do PT. Porque muitos analistas já estão falando em recessão de 3% no início de 2016. Recentemente, fiquei assustado quando o Nilson Teixeira, do Credit Suisse, falou de

8% em três anos. E o mais grave é que nos números que o banco apresentou, o desemprego médio em 2016 chega a 11,6%. É isso mesmo, média anual, porque na verdade eles estão com uma previsão de desemprego superior a 13% no final de 2016. É uma regressão violentíssima!

■ **Após a criação de milhões de empregos até 2010, a roda da economia passou a girar para trás?.**

Eu digo o seguinte: o PT foi o partido que fez a inclusão social, trouxe o desemprego de 12% para 4,3%, em dezembro do ano passado.

Por isso mesmo, nós não podemos nos render a essa política econômica. Isso seria a maior desmoralização para nós, do PT. Porque isso é a desmoralização de tudo que fizemos. Nós fizemos a inclusão, e não podemos fazer agora uma política econômica que vai conduzir à regressão social. Para mim, esse é o ponto.

Hoje, mais do que nunca, a presidente precisa apostar e ganhar novamente a confiança daqueles que votaram nela e no Lula, os mais pobres, os trabalhadores, e que hoje se sentem ameaçados com o aumento do desemprego. Só que, sinceramente, com o Levy na Fazenda, é impossível reverter essa situação. Acredito que há espaço, sim, de o governo Dilma fazer uma política de transição, mesmo que seja uma política que mantenha alguns aspectos do ajuste. Mas ela precisa, desde já, abrir espaços e apontar para a retomada do crescimento. Eu acho que o Nelson Barbosa, por exemplo, seria um bom nome para fazer essa transição.



No Brasil, há uma proibição de se falar em déficit nominal, a turma mais ortodoxa só quer a discussão sobre o déficit primário. No ano passado, o déficit nominal foi de 6,7% do PIB. Destes, 6,1% correspondeu ao pagamento dos juros. Ou seja, o déficit primário foi de apenas 0,6% do PIB. Se você faz uma comparação com as maiores economias do mundo, é um déficit pequeno!



■ **O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fez uma declaração, no começo do ano, em que dizia que não ia apertar demais, por isso colocaria a inflação no centro da meta só em 2016. Em declaração mais recente, porém, recuou e jogou para 2017. O senhor acredita que essa política monetária vai ajudar a controlar a inflação, vai colocá-la no centro da meta?**

Acho que essa posição do BC está correta. Se ele dissesse, agora, que teríamos de colocar a inflação no centro da meta em 2016, primeiro, nós não iríamos conseguir. Segundo, para cumprir, teríamos de elevar tanto as taxas de juros, que só pioraríamos o cenário recessivo que estamos enfrentando. Por isso, colocar a perspectiva do centro da meta mais para frente é o que deve ser feito. Os ortodoxos insistem que o BC deve continuar perseguindo o centro da meta em 2016, mas isso, como já falei, teria consequências desastrosas.

Eu participei de uma reunião no Senado com o presidente Tombini e apresentei alguns números sobre o impacto das taxas de juros na dívida pública brasileira. Só para vocês terem uma ideia, estou aqui com os últimos dados de outubro sobre a política fiscal do Banco Central. No cálculo do ano, juros acumulados até outubro fecharam em R\$ 426 bilhões, comparativamente a R\$ 230 bilhões do mesmo período do ano anterior. Olhem o salto, é de R\$ 200 bilhões!

Vamos falar agora dos números do déficit. No Brasil, há uma proibição de se falar em déficit nominal, a turma mais ortodoxa só quer a discussão sobre o déficit primário. No ano passado, o

déficit nominal foi de 6,7% do PIB. Destes, 6,1% foi o pagamento dos juros. Ou seja, o déficit primário foi de apenas 0,6% do PIB. Se você faz uma comparação com as maiores economias do mundo, é um déficit pequeno! Onde é que o déficit cresceu este ano? E é exatamente aí onde você vê que o ajuste fiscal fracassou. O déficit nominal, que era 6,7% no ano passado, agora está em 9,5%, segundo os dados de outubro. Desses 9,5%, na verdade, 8,79% são os juros. Portanto, o déficit primário é semelhante ao do ano passado! O que é interessante de tudo isso é a blindagem que fazem. Isto, porque, no Brasil, muita gente ganha dinheiro como rentista. Não são apenas os bancos. Das 250 maiores empresas do país, a grande maioria tem seus departamentos financeiros. Na verdade, jogam boa parte dos seus recursos em títulos da dívida pública. Mas também, com a taxa de juros que temos!

■ **E na última reunião do Copom, dois diretores do Banco Central propuseram a elevação das taxas de juros...**

Um absurdo isso. A inflação nesse período foi centralmente de preços administrados e de alimentos, não foi inflação de demanda. E não se derruba inflação de preços administrados aumentando taxas de juros. Nós estamos enxugando gelo! De um lado, um ajuste fiscal pesado, com cortes grandes, 40% só de investimentos, o que é um crime, na minha avaliação. E de outro, o aumento das taxas de juros, para supostamente segurar a inflação.

Eu digo o seguinte: este plano de austeridade que existe no Brasil, justiça com os países europeus, é muito mais forte.



“

Tenho um projeto que prevê dar um duplo mandato para o Banco Central. Além da estabilidade monetária, do controle da inflação, o BC tem de olhar também para a situação econômica, para o emprego. É preciso ter os dois olhares, medir o tempo todo. Aumentar a taxa de juros num momento como este é um suicídio. O FED norte-americano e o Banco Central da China trabalham assim.

Porque, na Europa — e você teve plano de austeridade em Portugal, na Espanha, na Grécia —, o Banco Central europeu trabalha com juros quase zero. Aqui não, aqui a gente faz um aperto, já tem gente falando em cortar até recursos do programa Bolsa Família! PMDB e PSDB estão discutindo, sim, além da desvinculação do salário mínimo para as aposentadorias, tirar os limites constitucionais para investimentos em educação e saúde. É um aperto fiscal muito grande que eles estão propondo sem, no entanto, discutirem a política monetária e as consequências de tudo isso. Só de swaps cambiais nós gastamos R\$ 120 bilhões. É impressionante, não existe isso em lugar algum do mundo! Temos a maior taxa de juros do mundo, volto a dizer. Falar, então, em aumentar a taxa de juros, sem levar em consideração que nós estamos, talvez, enfrentando a maior recessão da História do país, é uma loucura!

■ **E quais seriam as alternativas para enfrentar a crise econômica atual?**

Eu acho que o grande equívoco da política econômica do ministro Levy é, no meio deste cenário recessivo, continuar repetindo a tese do ajuste fiscal como um samba de uma nota só. Quando, a meu ver, o centro da estratégia tem de ser proteger empregos. E, também, pensar em como o país pode sair da recessão, se não



em 2016, mas pelo menos atenuando um pouco os efeitos agora, e apontando um caminho de saída para os próximos anos. Até hoje, a gente não vê esses sinais.

E aqui entra uma discussão que eu acho muito importante, e que é atualíssima. Tenho um projeto que prevê dar um duplo mandato para o Banco Central. Além da estabilidade monetária, do controle da inflação, o BC tem de olhar também para a situação econômica, para o emprego. É preciso ter os dois olhares, medir o tempo todo. Aumentar a taxa de juros num momento como este é um suicídio. O FED norte-americano e o Banco Central da China trabalham assim. O nosso projeto foi aprovado na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) há muito tempo, mas nunca é pautado. Eu, agora mesmo, cobre o presidente Renan. Avisei que em toda sessão do Senado vou pressionar para que o projeto entre na pauta de discussão no plenário.

■ **Esta proposta não passa pela regulamentação do artigo 192? Um dos pontos centrais é a nova missão do BC, considerando a questão do crescimento econômico e do emprego. O Sinal tem essa preocupação desde que nasceu. Trabalhou bastante sobre isso ao longo dos anos e conseguiu preparar um projeto, “O Sistema Financeiro Cidadão”, que foi encaminhado ao Senado, em 2013, pelas mãos do senador Gim Argello. Como ele não se reelegeu, imagino que o projeto esteja arquivado.**

Eu queria muito conhecer esse projeto. Tenho o maior interesse no assunto. Vamos ver o que podemos fazer sobre isso.

■ **Vamos voltar à questão da estratégia de retomada do crescimento. O que, de fato, o governo pode fazer agora, que não dependa de votação no Congresso? Quais medidas concretas para minorar a crise?**

Uma perna importante é a política monetária. Com essa política monetária que aí está, é difícil o país retomar as bases do crescimento. E, também, porque essa política impacta fortemente a questão fiscal, como eu já expliquei antes. Nós vamos fechar este ano com um déficit nominal de mais de 10%. Se conseguíssemos ter um cenário de baixa da taxa de juros ainda em 2015, isso criaria alguma folga para a questão fiscal. Eu insisto que é uma loucura persistirmos, numa situação de desaceleração econômica como esta, com a política de ajuste fiscal. Temos de pensar nas saídas para a retomada de investimentos.

Como é que nós saímos da crise de 2008? Foi, fundamentalmente, com investimento na veia. Na época, eu era prefeito de Nova Iguaçu. O que se via eram obras do PAC para tudo que é lado. Ali, em 2008, a saída nossa foi investimento, e como havia forte restrição do setor privado em oferecer crédito, o governo usou os bancos públicos. E os resultados foram significativos para aquecer a economia. O problema é que hoje não se vê nenhum sinal, nenhuma ponta de uma estratégia de retomada do crescimento futuro. Eu acho que a saída passa pela política monetária, passa pela política fiscal, passa por crédito.

■ **Qual seria o papel dos salários nessa retomada? Com bons salários, as pessoas poderiam consumir mais, como aconteceu em 2008.**

Em 2008, o aumento do salário mínimo com seu impacto nos benefícios previdenciários contribuiu muito para a criação desse mercado de massas. A Previdência Social teve um papel gigantesco na criação desse grande mercado consumidor. Quando alguns vêm propor a desvinculação do salário mínimo aos benefícios da Previdência, acho isso de uma ignorância total, porque os recursos do aposentado vão direto para a economia, comprando remédios, pagando a educação dos netos.

■ **E a especulação do nome do Meirelles para substituir o Levy, faz sentido?**

Eu lamento que tenha essa especulação do nome do Meirelles para ministro da Fazenda. Trocar o Levy pelo Meirelles é trocar seis por meia dúzia. Um registro que fica da sua atuação daquela crise de 2008 foi que o mundo inteiro jogou os juros lá embaixo, e o Banco Central, presidido por Meirelles, demorou cinco meses pra começar a baixá-los. E ele teve um papel, na questão cambial, terrível. Nós viemos de um processo longo, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, mas passando, infelizmente, pelo governo Lula, que foi a valorização do real em relação ao dólar. Isso destruiu o nosso parque industrial. A única coisa boa do cenário econômico atual é a situação do câmbio, porque isso possibilita a retomada das exportações. Lembro que durante dois anos do governo Lula, 2003 e 2004, com o real desvalorizado, as exportações de manufaturados cresceram, no período, 40%. Mas logo depois o Meirelles jogou o dólar lá pra baixo, o que acabou prejudicando enormemente as exportações. ✓

POR QUE pagar **JUROS**

SE VOCÊ
PODE FAZER



CONSÓRCIO?



Faça parte de um seleto grupo
e economize na hora de comprar seu
carro, moto, casa ou serviços.



A MENOR TAXA DO MERCADO E ATENDIMENTO
EXCLUSIVO PARA **SERVIDORES BC** E **ASSOCIADOS ASBAC.**

CONFIRA AS VANTAGENS:

Veículos

Sem taxa de adesão,
100 participantes e
prazo de 50 meses

Imóvel

Sem taxa de adesão,
Excelente aceitação de
carta de crédito e
prazo de 180 meses*

*parceria Sicredi.

Serviços

Sem taxa de adesão,
50 e 72 participantes e
prazos de 25 e 36 meses



facebook.com/fenasbac



fnasbac.com.br

Fenasbac
Consórcios

FALE COM NOSSOS CONSULTORES

(61) 3323.1055 | 0800 646 1055 – consorcio@fnasbac.com.br

A AÇÃO DO CADE NO CASSINO BRASIL

MÁRCIO SILVA DE ARAÚJO

Quem compara as apostas realizadas em mercados de derivativos com as de uma roleta de cassino pode não estar muito longe da realidade. O mercado financeiro, em diversos aspectos, há muito tempo perdeu como principal característica a intermediação entre poupadores e investidores — se é que realmente já a teve.

Na realidade, pode-se dizer que o oposto ocorre mais frequentemente, ao menos após o fim do acordo de Bretton Woods, aquele que previa a fixação de taxas de câmbio em relação ao dólar norte-americano. Nestes nossos dias de economia financeira globalizada, com livre trânsito de capitais, a expectativa quanto às trajetórias das taxas de juros e câmbio afeta fortemente a decisão dos investidores quanto à alocação dos seus recursos em ativos reais, tal como no aumento da produção ou do estoque de capital produtivo. Ou seja, o rabo do cachorro balança seu dono, e não o contrário.

No Brasil, a maior mesa de apostas financeiras encontra-se na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Nessa bolsa, apostas futuras em juros e câmbio no mercado de derivativos ocorrem rotineiramente. Cada jogador estima suas chances em cada lance na presunção de que os dados que rolam na mesa de tampão verde não estejam viciados. Ou seja, é essencial que haja credibilidade na formação dos preços sobre os quais as posições são assumidas. Neste ponto entra o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

O Cade investiga casos de abuso de poder econômico que afetem as leis de livre concorrência do mercado, zelando pela sua lisura e correto funcionamento. Isto é muito importante. Se os agentes econômicos duvidarem da correção do

processo negocial, ou se não tiverem confiança no trâmite na formação dos preços, as consequências podem ser muito graves para a economia.

Nesse contexto, a divulgação da manipulação da taxa de câmbio, que envolveu o mercado de câmbio e as instituições financeiras que operam no exterior, chamou a atenção das autoridades brasileiras. Verificou-se que práticas anticompetitivas foram realizadas por bancos e outras instituições financeiras “por meio de chats da plataforma Bloomberg — por vezes autodenominados pelos representados como ‘o cartel’ ou ‘a máfia’”. As condutas teriam durado, pelo menos, de 2007 a 2013” (Comunicado Cade de 2/7/2015).

Curiosamente, o período objeto de investigação por parte das autoridades internacionais coincide com os anos de crise econômica internacional que ainda vivenciamos. No caso específico do mercado brasileiro, esse período de investigação corresponde a uma trajetória de câmbio em que o real ficou em uma faixa de valores considerada por muitos analistas como de sobrevalorização em relação ao dólar norte-americano. Isso teria tido forte impacto sobre a competitividade da economia brasileira, reduzindo-a e levando o setor industrial a uma diminuição significativa da participação na produção nacional.

Embora não se possa afirmar que esse período de sobrevalorização do real seja devido à possível manipulação por parte dos agentes de mercado, a confirmação de que isso possa ter ocorrido, por si só, é grave. No exterior, as instituições financeiras envolvidas com a manipulação do câmbio já sofreram punições, com pagamento de altas multas. O Citygroup, o JP Morgan Chase, as britânicas Barclays e Royal Bank of Scotland e a suíça UBS assinaram acordos com o Departamento de Justiça dos EUA e admitiram acusações de manipulação de mercados cambiais e taxas de juros.

As empresas investigadas no processo Cade PA 08700.004633/2015-04 no nosso país são: “Banco Standard de Investimentos, Banco Tokyo-Mitsubishi UFJ, Barclays, Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, JP Morgan Chase, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Nomura, Royal Bank of Canada, Royal Bank of Scotland, Standard Chartered e UBS, além de 30 pessoas físicas” (Comunicado Cade de 2/7/2015). Algumas dessas instituições continuaram operando como *dealers* de câmbio para o Banco Central do Brasil (BCB), mesmo após a divulgação da sua investigação pelo Cade.

Essa possível manipulação na formação do preço do dólar em relação ao real equivaleria a dizer que o mercado teria operado com dados viciados. Caso essa manipulação se confirme, implicações amplas e profundas podem ocorrer no funcionamento do sistema financeiro brasileiro, inclusive no que se refere à costura institucional de fiscalização hoje existente.

O mesmo tipo de desconfiança sobre a credibilidade dos mecanismos de mercado ocorreu com a taxa Libor. Nesse caso, o procedimento de cotação utiliza-se do procedimento de consulta a bancos selecionados o que, aparentemente, facilitou a manipulação dessa importante taxa de referência do mercado de juros internacional.

Há aqui um paralelo com o mercado de câmbio brasileiro. Ao final do período de análise do Cade, ocorreu uma alteração na forma de cálculo da taxa de câmbio por parte do Banco Central do Brasil. Através da Circular 3.506, de 23 de setembro de 2010, o BCB alterou a metodologia de cálculo da PTAX, que define a cotação da taxa de câmbio real/dólar norte-americano. A metodologia anterior realizava o cálculo da taxa de câmbio pelo “resultado da taxa média (ponderada pelos volumes) das operações realizadas no mercado interbancário de câmbio, com liquidação em d+2, obtida após o expurgo de uma parcela dessas operações, cujo volume não é superior a 5% do volume negociado no dia, por meio de uma média das operações realizadas ao longo do dia” (Circular 3.372 de 12/12/2007, revogada pela Circular 3.506 de 23/9/2010).

Assim, posteriormente, o BCB, que adotava para a medição da PTAX (taxa de câmbio) a mesma metodologia utilizada para a Selic (taxa de juros), baseada em transações efetivamente realizadas em mercado, alterou-a para a de “consultas às instituições credenciadas para realizar operações de

compra e venda de moeda estrangeira com o Banco Central do Brasil (*dealers*)” (Circular 3.506 de 23/9/2010). Esse procedimento passou a ocorrer de modo efetivo e corrente a partir de 1º de julho de 2011. Ou seja, o BCB abandonou uma metodologia de medição de índice de referência de mercado internacionalmente recomendada para outra, que apresentou problemas nos mercados globais e cujas repercussões só tivemos ciência em meados do ano de 2012.

Sabemos que devido às diversas anomalias observadas na determinação da Libor, instituições reguladoras e fóruns internacionais, como o Bank for International Settlements (BIS), o Financial Stability Board (FSB) e a International Organization of Securities Commissions (Iosco), desenvolveram trabalhos de avaliação das taxas de referência existentes, com o objetivo de propor seu aperfeiçoamento. Entre as principais recomendações está a adoção, quando possível, de medidas baseadas em transações. Embora essa alteração do cálculo da PTAX por parte do BCB tenha ocorrido antes do escândalo da Libor, nada impede que se faça uma nova revisão dessa metodologia.

O leitor pode perceber que se trata de jogo de “cachorro grande” quando se considera o peso econômico dos agentes participantes desse cassino. Uma divisão nos interesses da elite econômica no Brasil pode estar se configurando, dados os investimentos feitos por setores produtivos *versus* os que apostaram em uma integração menos competitiva de nossa economia.

Mesmo que a possível manipulação da taxa de câmbio do real em relação ao dólar possa não ter sido de tal ordem a influenciar seu nível médio ao longo dos anos considerados, esclarecimentos e eventuais punições devem ser prontamente encaminhados. É muito séria a acusação dos que se sentem prejudicados, com forte impacto sobre a credibilidade desse mercado.

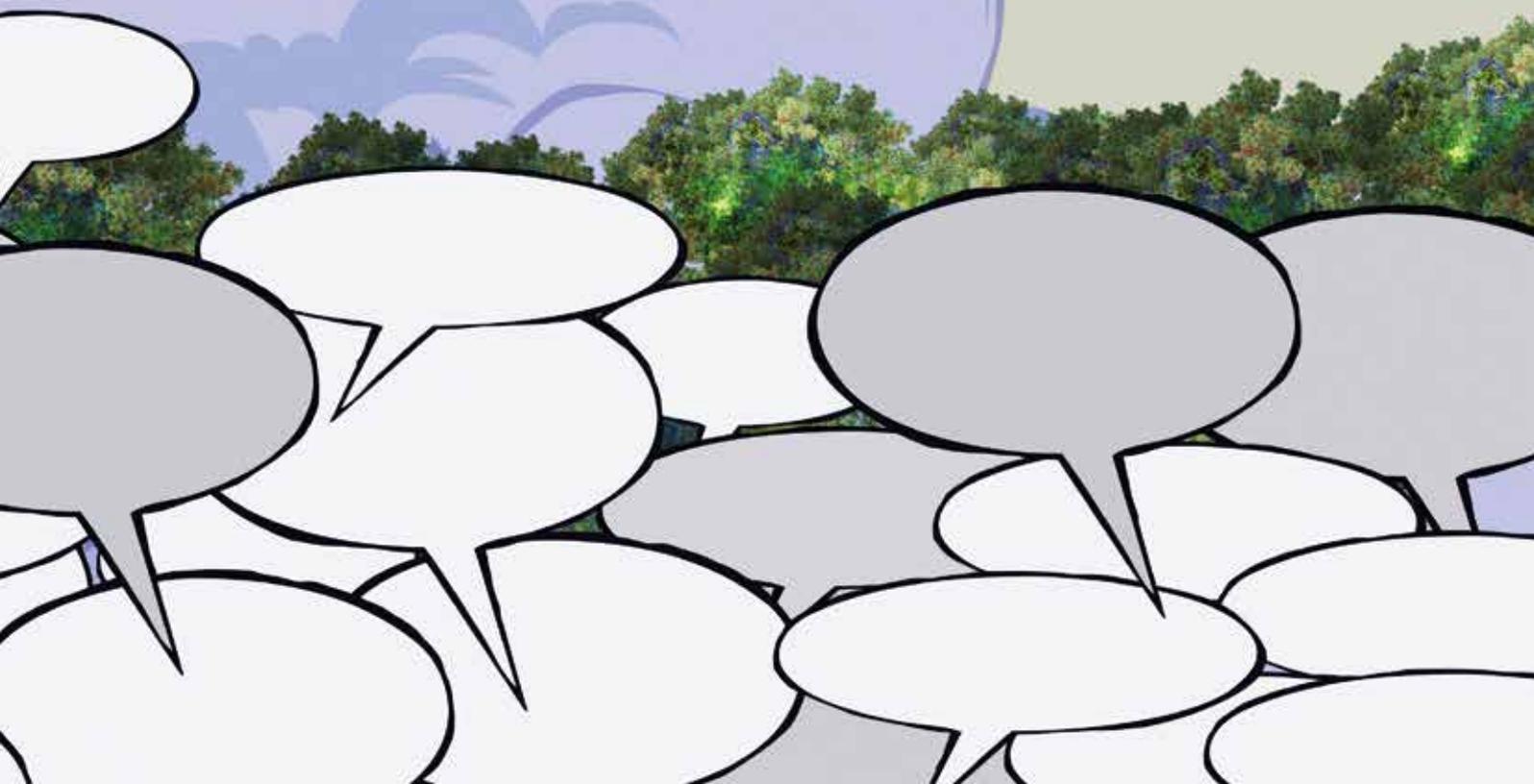
Concluindo, fica a pergunta: poderão ocorrer conflitos entre as ações do Cade e a atuação da autoridade monetária na defesa da competitividade do sistema financeiro brasileiro? Quem viver, verá.

(*) MÁRCIO SILVA DE ARAÚJO é doutor em Economia pela UFRJ. As opiniões aqui expressas são de caráter pessoal e não representam as do Banco Central do Brasil, instituição à qual o autor está vinculado profissionalmente.



Linha direta com o cliente bancário

BC CRIA DEPARTAMENTOS PARA
APRIMORAR O ATENDIMENTO
À POPULAÇÃO E TORNAR MAIS
EFICIENTES A FISCALIZAÇÃO SOBRE A
LAVAGEM DE DINHEIRO.



Depois de três anos, os esforços do Banco Central para melhorar o atendimento ao cliente bancário apontam para um avanço na comunicação da instituição com a sociedade, mas também para um aumento no volume de queixas dos consumidores de serviços financeiros. Em outubro do ano passado, o Ranking de Instituições por Índice de Reclamações do Banco Central havia registrado 2.600 reclamações reguladas consideradas procedentes — um indicador que considera apenas os casos comprovados de descumprimento por bancos, financeiras e cooperativas de crédito a normas editadas pelo Banco. Em outubro deste ano, elas chegaram a 3.987. De julho a outubro de 2014, foram registradas 10.583 queixas reguladas procedentes, contra 15.021, de julho a outubro de 2015.

O aumento tem algumas explicações. No segundo semestre de 2014, entrou em vigor a Resolução nº 4.283, que alterou a de nº 3.694, do Banco Central, criando novas obrigações para as instituições financeiras na venda de produtos e serviços ao cliente. À exigência de maior transparência, se somaram algumas soluções de problemas operacionais no Bradesco e na Caixa Econômica Federal — as duas instituições com o maior número de correntistas. Um novo critério de classificação das queixas e a abertura de um canal de comunicação para o registro de reclamações *on-line* também podem ter contribuído para que o consumidor se sentisse mais à vontade em reclamar.

“As organizações bancárias, que concentram mais de 90% dos clientes, melhoraram a gestão das reclamações

e tratam melhor a raiz dos problemas no atendimento ao consumidor bancário”, diz Andreia Lais Vargas, chefe do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon) do Banco Central. “Houve aumento da transparência na venda de produtos e serviços bancários com uma mudança normativa do BC, mas hoje há também maior eficiência dos canais de comunicação do Banco com a sociedade”, afirma Fernando Dutra, chefe do Departamento de Atendimento Institucional (Deati). “Observa-se um crescimento de 70% no volume de ocorrências entre junho do ano passado, último mês da antiga metodologia, para junho deste ano, somente nos seis maiores bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú-Unibanco, HSBC e Santander). Isso indica que a facilidade de acesso contribui para o consumidor registrar suas reclamações, mas não se pode afirmar que melhorou o combate aos abusos cometidos pelos bancos”, avalia Ione Amorim, economista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

MAIS EFICIÊNCIA

Decon e Deati fazem parte de um novo modelo para aprimorar o atendimento à população e tornar mais eficientes a fiscalização sobre a lavagem de dinheiro e o combate ao financiamento do terrorismo internacional. Os dois departamentos surgiram no final de 2012, com o desmembramento do Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro (Decic). O Decon, que só começou a operar há cerca de dois anos, foi criado para melhorar o nível de aderência das instituições supervisionadas às normas do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, além de incentivar o desenvolvimento de ações que reduzam as denúncias e reclamações da sociedade, identificar oportunidades

de aprimoramento normativo e prevenir a utilização do Sistema Financeiro Nacional em atividades e condutas que possam representar riscos. O Deati, criado no início de 2013, tem o papel de promover um relacionamento de excelência com o cidadão no âmbito do sistema financeiro nacional, visando o aperfeiçoamento do atendimento e da prestação de serviços e fornecendo subsídios para ações de supervisão de conduta, regulação e educação financeira, além de atender às demandas relacionadas à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), de 18 de novembro de 2011.

O trabalho do Decon se soma aos esforços do Deati. A diferença entre os dois departamentos é que o Deati recebe a queixa de cada consumidor e encaminha as respostas do Banco Central para a solução do problema. Já o Decon usa as reclamações dos clientes que chegam ao Deati e atua junto aos bancos, para que eles façam a adequação às normas. Isso vale para a cobrança irregular de tarifas ou para o descumprimento da portabilidade bancária, que assegura ao usuário a transferência de conta salário para conta corrente e de saldo devedor de uma instituição para outra.

A atuação do Decon é inspirada no modelo Twin Peaks, referência para países como Reino Unido, Portugal e Austrália, que ganhou destaque com a crise financeira de 2008. O modelo reorganiza a supervisão em duas vertentes: a supervisão de conduta e a supervisão prudencial. A reestruturação do departamento aos novos padrões internacionais, com a incorporação do aprendizado a partir da crise financeira global, levou cerca de um ano. Estão no foco do Decon cerca de 1.990 instituições — dos mais de 140 bancos a 50 agências de turismo que operam com câmbio, passando por cerca de 1.200 cooperativas de crédito e mais de 270 administradoras de consórcios.



Houve um aumento das abusividades praticadas pelas instituições financeiras, com destaque para as ocorrências relacionadas à portabilidade de crédito consignado e a restrição de acesso.

A atividade do departamento prevê, ainda, o atendimento de demandas de informações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos pedidos do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União. O Decon responde a mais de 4 mil ofícios por mês dos outros poderes, sem contar o atendimento a comissões parlamentares de inquérito e as solicitações de quebra de sigilo bancário. O campo de atuação são a fiscalização de tarifas e pacotes de serviços, a contratação de operações e prestação de serviços e a atuação das ouvidorias. Há também a avaliação dos correspondentes no país, o cálculo do valor presente para amortização ou liquidação antecipada e o custo efetivo total (CET).

A fiscalização é feita com verificações especiais presenciais, mapeamento e diagnóstico de comportamento do mercado em relação às práticas, análise contínua de informações a partir de inspeções e relatórios. A atuação do Decon ganhou reforço com a implantação do Siscom, que permite a supervisão remota. Nada menos de 66 corretoras de câmbio foram supervisionadas pelo sistema em dois meses, este ano. Em 2016, a supervisão atingirá todo o segmento de corretoras de títulos e valores mobiliários e 30 bancos de pequeno e de médio porte e mais de 300 cooperativas de crédito.

O Deati é o responsável pela coleta e processamentos das reclamações que chegam ao Banco Central e formam o Ranking de Instituições por Índice de Reclamações. Os objetivos são contribuir para a transparência das ações da instituição e levar ao conhecimento da sociedade o perfil das queixas que foram processadas, analisadas e encerradas pelo Banco. A relação permite aos usuários de serviços bancários identificar com mais clareza a natureza das reclamações contra a instituição financeira e escolher aquela que melhor atende às suas necessidades. Há três anos, os serviços financeiros são vice-líderes do ranking do Idec, que aponta a violação dos direitos dos consumidores, atrás dos planos de saúde. Em 2011, eram os líderes.

A NOTA DO CONSUMIDOR

O ranking do Banco Central é formado a partir das demandas do público registradas na instituição pela internet, por correspondência, presencialmente ou telefone. Participam bancos comerciais, múltiplos, cooperativos, de investimento, filiais de bancos comerciais estrangeiros, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e administradoras de consórcio.

Em outubro, a Caixa Econômica Federal, que tem 77,78 milhões de clientes, recebeu mais de 850 reclamações consideradas procedentes e registrou um índice de queixas de 11,09. O índice é calculado com base no número de reclamações dos correntistas consideradas “procedentes” multiplicado por um milhão e dividido pelo número de clientes. Nada menos de 355 reclamações ocorreram por “irregularidades relativas a integridade, confiabilidade, segurança, sigilo ou legitimidade das operações e serviços relacionados a cartões de crédito”. Foi o quarto mês consecutivo em que o banco estatal liderou a lista negativa.

Em segundo lugar no ranking de

reclamações de outubro, aparece o Bradesco, com 705 queixas. O banco tem uma carteira de 76,69 milhões de clientes. Com isso, registrou índice de 9,19. O Itaú-Unibanco ocupa o terceiro lugar. Com 59,47 milhões de clientes e 426 reclamações procedentes, teve índice de 7,16. O HSBC, com 12,68 milhões de correntistas e 83 queixas procedentes, ficou com um índice de 6,54. O melhor desempenho entre os grandes bancos privados foi o do Santander. Com 33,07 milhões de clientes e 210 reclamações — 115 apenas sobre a renegociação de dívida (exceto cartão de crédito) —, a instituição atingiu índice de 6,34. O Banco do Brasil ficou na melhor posição, com 287 reclamações reguladas consideradas procedentes e índice mensal de reclamação de 5,11.

“Houve um aumento das abusividades praticadas pelas instituições financeiras, com destaque para as ocorrências relacionadas à portabilidade de crédito consignado, restrição de acesso e seguranças dos canais de autoatendimento e cobranças indevidas. Uma fiscalização mais rigorosa poderia contribuir para a redução das práticas abusivas”, diz Ione Amorim.

Entre os bancos com mais de 2 milhões de clientes, apenas Sicredi e Banco do Nordeste não registraram nenhuma reclamação regulada considerada procedente. Já as instituições com menos de 2 milhões de clientes não escaparam da lista negativa. O ranking é liderado pela Agiplan. O conglomerado fechou outubro com 480 reclamações reguladas consideradas procedentes. Com apenas 118.104 clientes, o índice de reclamações atingiu 4.064,21. BNP Paribas, com 1,4 milhão de clientes, teve 417 reclamações e índice de 288,57. “Instituições que ocupavam o primeiro lugar no ranking fizeram ajustes e foram para o final da fila. Outras passaram ao topo do ranking”, destaca Andreia Lais Vargas. ✓

TODOS SONHAM COMO VIVER NA APOSENTADORIA



**A Centrus tem o plano de
benefícios que pode ajudá-lo a
planejar e realizar seus objetivos!**



CENTRUS

Fundação Banco Central de Previdência Privada
Ed. Corporate Financial Center - SCN - Quadra 2 - Bloco A - 8º andar
Brasília-DF - CEP 70712-900 - Atendimento: 0800 7040494
pcd@centrus.org.br - www.centrus.org.br

A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO SETOR FINANCEIRO

MARIA DE FÁTIMA TOSINI

A consciência de que o setor financeiro é peça-chave para alcançar o desenvolvimento sustentável começou na década de 1990. A trajetória iniciou com a autorregulação e a consciência dos atores desse setor de que ignorar os aspectos sociais e ambientais oferecia riscos.

A exposição ao risco ambiental era decorrente principalmente das obrigações com a legislação ambiental, que trouxe um novo ambiente institucional para a chamada economia real, ou seja, para o setor produtivo.

Enquanto no início os riscos tinham origem na regulação para o setor produtivo, atualmente, a regulação não tem mais a exclusividade para geração de risco. A literatura que trata do tema categoriza mais um risco além dos regulatórios, os riscos físicos, impostos pela própria natureza.

Quando se fala do risco ambiental nas operações de crédito, por exemplo, leva-se em conta que o tomador de crédito poderá sofrer uma multa ou uma ação judicial para reparação de dano ambiental, ou mesmo ter suas atividades suspensas por desconformidade ambiental, e tudo isso pode afetar sua capacidade de pagamento e aumentar seu risco de crédito.

O financiador pode ser corresponsável pelo dano ambiental, e o risco de crédito pode se transformar em risco legal, modalidade de risco operacional. Em resumo, a origem do risco, *lato sensu*, é a regulação.

Esses riscos regulatórios deixam de ser risco potencial para serem riscos financeiros efetivos se as instituições que de alguma maneira têm responsabilidade com o meio ambiente – agências ambientais, Ministério Público, Judiciário, etc. – forem efetivas no cumprimento de seu dever, o que nem

sempre acontece. O Ibama, por exemplo, é o órgão público que mais tem dificuldade de receber multas aplicadas.

Se, por um lado, a falta de efetividade das instituições ligadas ao meio ambiente dava certa tranquilidade às instituições financeiras, para os riscos físicos não há recurso administrativo nem judicial para protelar a cobrança.

A análise do risco ambiental não deve se limitar aos aspectos regulatórios, deve-se ter em conta, por exemplo, a disponibilidade de recursos naturais, não apenas no longo prazo, mas também a curto e a médio prazo. A crise hídrica em São Paulo e em outras partes do Brasil é um exemplo claro. Ao analisar o risco de crédito de uma empresa em que a produção é altamente demandante de água, não é possível desconsiderar no risco esta escassez.

A crise ambiental atualmente vivida por todos os países, com impacto sobre a maior parte dos setores econômicos, explica que a Resolução N.º 4.327, de 25 de abril de 2014, do Conselho Monetário Nacional (CMN), não foi uma idiosincrasia do Regulador Brasileiro, mas uma necessidade.

Quando se trata de riscos físicos, a situação fica bem mais complicada que os riscos regulatórios. Para estes, ainda que de forma deficiente, há como buscar informação sobre a qualidade da gestão ambiental das empresas, sanções ambientais, etc.

Em relação aos riscos físicos, na verdade, há incerteza. O Estado brasileiro tem feito muito pouco para avaliar os riscos. Estamos no meio do furacão da crise ambiental, com as severas mudanças climáticas, e não existe um plano estratégico de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O pouco que se tentou fazer em termos de estudo para traçar um plano estratégico passa despercebido, a exemplo do Relatório – Brasil 2040: cenários e alternativas de adaptação à mudança do clima –, estudo encomendado

pela extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE).

O trabalho buscou entender como o clima poderá variar no Brasil nos próximos 25, 55 e 85 anos, de forma a embasar políticas públicas de adaptação em cinco grandes áreas: saúde, recursos hídricos, energia, agricultura e infraestrutura (costeira e de transportes). Os cenários para os diversos setores foram construídos a partir de dois modelos climáticos globais usados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), o painel do clima das Nações Unidas, e regionalizados para o Brasil pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Esses estudos são fundamentais para tomadas de decisões sobre investimentos e mitigação de risco, dado que quase todos os setores econômicos e as concentrações humanas sofrerão impactos, por variações de temperatura, e, sobretudo, por variações na disponibilidade hídrica.

O Relatório Brasil 2040 não traz boas notícias, pelo contrário, as mudanças no clima terão forte impacto negativo especialmente sobre a agricultura e a energia, uma vez que haverá redução no regime de chuvas e vazão de rios que abastecem barragens de hidrelétricas.

Enquanto muitos países têm colocado as mudanças climáticas como o principal desafio a ser enfrentado nos próximos anos, e vêm estabelecendo políticas públicas que buscam favorecer a economia de baixo carbono, economia com menor emissão de gases efeito estufa, no Brasil, o tema não tem ocupado posição de destaque nas discussões do setor público.

Segundo a própria SAE, há consenso em que, mesmo ante a incerteza relativa à dimensão e distribuição dos fenômenos climáticos, é preciso avançar em ações que aumentem a resiliência das estruturas que balizam a vida e a economia. Lembrando que essas ações devem vir de todos os setores e ser orquestradas por políticas públicas adequadas, tanto de comando e controle quanto de incentivos econômicos e financeiros.

O Estado tem a tarefa de propiciar um ambiente institucional para enfrentar os desafios da crise ambiental, do contrário, os agentes econômicos ficam à deriva. Esse ambiente institucional tem condições de reduzir as incertezas, criar condições e informações para mitigar os riscos.

Diante dos problemas ambientais evidentes, espera-se que ninguém ignore a existência de riscos ambientais no setor financeiro, setor chave para promoção do desenvolvimento sustentável. Mas a contribuição do setor não deve vir apenas da mitigação de risco. É necessário mover o capital

para financiar esse desenvolvimento. A criação das condições para atraí-lo é essencial, e fazer com que as questões ambientais se tornem oportunidades.

Um bom exemplo deste movimento são os "Green Bonds" – títulos lastreados em projetos/ativos ambientalmente sustentáveis. As emissões em 2014 triplicaram em relação a 2013, passando de US\$ 11 bilhões para US\$ 33 bilhões. Em 2015, já foram emitidos US\$ 70 bilhões e espera-se alcançar os US\$ 100 bilhões.

Outro exemplo são as chamadas Finanças do Clima. Segundo o relatório da ONG *Climate Policy Initiative (CPI)*, o total de investimentos em 2013 foi de US\$ 331 bilhões, dos quais US\$ 137 bilhões vieram do setor público.

Observa-se que tanto os investimentos das Finanças do Clima como dos *Green Bonds* ocorrem em países que vêm adotando políticas públicas com estratégias claras de transição para uma economia de baixo carbono, criando um ambiente favorável a esses investimentos, a exemplo da China, de alguns países da Europa, do Canadá, da Austrália e outros.

No caso da China, é importante destacar que os riscos físicos vieram antes que os regulatórios. A China tem lançado políticas de comando e controle, regulação ambiental para o sistema financeiro, incentivos econômicos e feito altos investimentos para fazer a transição para uma economia de baixo carbono, um deles com o intuito de alterar sua matriz energética.

Enfim, as instituições financeiras no Brasil estão diante de dois desafios: primeiro, fazer a gestão do risco ambiental, cada vez mais presente em suas operações, especialmente em decorrência do aquecimento global, que comprometem os investimentos. Acrescentando que o aumento dos riscos físicos, aqueles cobrados pela natureza, provoca aumento dos regulatórios e de reputação, cobrados pelo Estado, mercado e sociedade em geral.

O segundo desafio é aproveitar as janelas de oportunidades que surgem na gestão do risco e na transição para uma economia de baixo carbono, condição *sine qua non* para mitigar e adaptar às mudanças climáticas.

Tanto para o primeiro como para o segundo desafio, o Estado brasileiro exerce papel importante adotando políticas públicas e instituições, entre elas, um mercado, que ruem para o desenvolvimento sustentável, a exemplo do que feito em alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento.

(*) MARIA DE FÁTIMA CAVALCANTE TOSINI é analista do Banco Central aposentada, mestre e doutora pelo Instituto de Economia da Unicamp.



Curta a página do Sinal no Facebook

www.facebook.com/sinalnacional

f SINAL
Sinal Página inicial Encontrar amigos





Curtir Mensagem

Criar Página

Recentes

- 2015
- 2014
- 2013

Linha do Tempo Sobre Fotos Avaliações Mais ▾

778 pessoas curtiram isso

17 pessoas estiveram aqui

Sempre aberto
Obter mais informações

Convidar amigos para curtir esta Página

4,5 ★ 4,5 de 5 estrelas · 13 avaliações
[Visualizar avaliações](#)

SOBRE



[Pedir o endereço de SINAL](#)

061 3322-8208

<http://portal.sinal.org.br/>

FOTOS



SINAL Escreva algo nesta Página...

SINAL 9 de dezembro às 18:16 · São Paulo · 🌐

Redução da jornada de trabalho

Das dúvidas e considerações:
A posição do Sinal em relação à redução da jornada de trabalho é a de que ela não deve vir acompanhada da redução na remuneração.... [Ver mais](#)

SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central | Redução da jornada de trabalho: o...

Edição 191 – 8/12/2015 Redução da jornada de trabalho: o que o Sinal tem a dizer sobre isso?!

PORTAL SINAL.ORG.BR | POR ERIC SABOYA - WEB

Curtir Comentar Compartilhar

1 compartilhamento

SINAL Escreva um comentário...

Pessione: Enter para publicar.

SINAL 8 de dezembro às 11:38 · São Paulo · 🌐

Cuidados com notas falsas. Como identificá-las:

1. Veja a Marca-d'Água. Segure a cédula contra a luz, olhando pela frente da nota (lado que contém a efígie), e observe na área clara as figuras que representam os animais, em tons que variam do claro ao escuro.
2. Descubra o Número Escondido... [Ver mais](#)



